

PARA

REINVENTAR

AS RODAS

Maria Lúcia M. Afonso
Flávia Lemos Abade

REDE DE CIDADANIA MATEUS AFONSO MEDEIROS - RECIMAM

Belo Horizonte, 2008

@ 2008 Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem objetivos comerciais e com a citação integral da fonte.

1ª edição eletrônica

2008

Editor responsável: Maria Lúcia Miranda Afonso

Revisão: Suzana Afonso do Rosário

Diagramação: Vanessa Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

Afonso, Maria Lúcia M. & Abade, Flávia

Para reinventar as Rodas / Lúcia Afonso & Flávia Lemos Abade. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

1. Direitos Humanos 2. Intervenção Psicossocial 3. Rodas de Conversa
4. Processos de grupo I. Afonso, Lúcia II. Abade, Flávia Lemos

CDD- 302.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Direitos Humanos 2. Intervenção Psicossocial 3. Rodas de Conversa

Impressão eletrônica feita no Brasil

E-book - Brazil

Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM).

rederecimam@yahoo.com.br

Para Mateus

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
1. Educação em Direitos Humanos - a construção de uma prática.....	07
2. Rodas de Conversa.....	18
2.1. Vamos entrar na Roda? A metodologia das Rodas de Conversa.....	19
2.2. Nossas Rodas - exemplos de trabalhos desenvolvidos.....	40
2.3. Vai dar samba? Lições Aprendidas.....	63

APRESENTAÇÃO

A REDE DE CIDADANIA MATEUS AFONSO MEDEIROS (RECIMAM) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, com a finalidade de apoiar e de desenvolver ações para a defesa e a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da inclusão social, através de atividades de consultoria, educação e atendimento técnico-profissional.

Foi criada para dar continuidade ao trabalho de Mateus Afonso Medeiros, advogado militante na área de Direitos Humanos e Cidadania, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Em 30 de janeiro de 2005, um atropelamento tirou-lhe violentamente a vida. No espírito de resgatar a sua luta, a RECIMAM elegeu o dia 27 de setembro, aniversário de nascimento de Mateus, como uma data a ser celebrada com produções na área de Direitos Humanos. Neste 27 de setembro de 2008, estamos fazendo uma publicação eletrônica, de acesso livre e gratuito na internet, com os resultados do nosso trabalho no Projeto Rodas de Conversa, desenvolvido na RECIMAM, ao longo de 2007.

O Projeto Rodas de Conversa visou oferecer à comunidade a discussão de temas vinculados à Cidadania e aos Direitos Humanos, através de uma metodologia participativa que promovesse o diálogo e a reflexão sobre tais temas no contexto de vida dos sujeitos. As solicitações para as Rodas de Conversa eram feitas por grupos ou entidades interessadas. A partir daí, procurávamos melhor conhecer a demanda que nos era feita com vistas a planejar e a realizar as Rodas no espaço da entidade solicitante. As Rodas eram oferecidas gratuitamente.

Os temas abordados foram: Cidadania e direitos humanos; Gênero e direitos humanos; Trabalho, cidadania e direitos humanos; Direitos de cidadania e ciclos de vida (infância, adolescência, idade adulta e terceira idade); Etnia, raça e direitos humanos; Estigmas e preconceitos sociais: como reconhecer e combater. Estes temas eram adaptados às demandas dos grupos com quem realizamos as Rodas, podendo ser abordados de forma mais geral ou específica.

O projeto foi coordenado por Lúcia Afonso (Presidente da RECIMAM, Psicóloga e Doutora em educação) e Flávia Lemos Abade (Psicóloga, Mestre em Psicologia, voluntária na RECIMAM), que também deram supervisão semanal às voluntárias que desenvolviam as Rodas de Conversa. Carolina Marra Simões Coelho colaborou conosco em algumas destas supervisões.

Para a realização das Rodas de Conversa, contamos com a participação de voluntárias: Adriana de Sá Souza; Ana Carla Miranda Martins; Ana Carolina Ferreira Ribeiro, Ana Luísa Esteves de Moraes, Ana Rita Siqueira; Clarisse Carvalho Leão Machado; Cleyde Maria Lara Vieira; Dalcira Pereira Ferrão; Eva Lúcia Lucindo Fernandes; Letícia Aparecida de Oliveira Marques; Michele Costa e Nanoei Abebé de Borba Oliveira.

A presente publicação, intitulada Para Reinventar as Rodas está dividida em duas partes. Na primeira parte, é apresentado o texto Educação em Direitos Humanos - a construção de uma prática, que discute a elaboração de projetos educativos em Direitos Humanos. Na segunda parte, apresentamos a metodologia que desenvolvemos em nosso projeto Rodas de Conversa e incluímos diversos exemplos de Rodas realizadas. O Laboratório de Pesquisas e Práticas Psicossociais (LAPIP) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) acolheu o texto em seu site: <http://gabi.ufsj.edu.br/Pagina/lapip>.

Com este trabalho, desejamos contribuir para a construção de uma cultura de promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, oferecendo um instrumental útil para todos aqueles que trabalham nesta área. O título expressa nossa intenção. A luta pela dignidade humana remonta às origens da humanidade. Sim, a roda já foi inventada. Porém, por uma dialética que também é própria do ser humano, somos provocados a reinventá-la “nos trabalhos e nos dias”. O mesmo pode ser dito das metodologias participativas, que são muito mais antigas do que podemos imaginar, tais como oficinas e Rodas de Conversa. E, no entanto, somos levadas a revê-las e reinventá-las para responder às nossas questões atuais.

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA¹

Maria Lúcia M. Afonso²
Flávia Lemos Abade³

Em 2006, um comitê composto pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO e representantes da Sociedade Civil elaborou um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado pela Presidência da República no mesmo ano. As propostas apresentadas priorizaram alguns setores da sociedade, nomeadamente os diferentes níveis de educação formal, a educação informal, os setores de segurança pública e justiça, e a mídia. A existência de um Plano Nacional dá à educação em direitos humanos nova visibilidade, abrindo espaço para a elaboração de projetos variados nos mais diferentes contextos.

Considerando a pertinência do momento, o presente artigo se propõe a discutir algumas diretrizes metodológicas e estratégias pedagógicas para projetos de educação em direitos humanos. Trata-se de um esforço de dar sentido às palavras, refletindo sobre as possibilidades da ação pedagógica e buscando ancorá-la em seu contexto social e cultural.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: Princípios e Dimensões

A Educação em Direitos Humanos⁴ é compreendida no Plano como um processo sistemático, que articula muitas dimensões. Em primeiro lugar, é importante difundir a informação sobre os direitos humanos, promovendo a apropriação do conhecimento construído ao longo da história e sempre

¹ Texto publicado originalmente em AFONSO, M.L.M. e ABADE, F.L. Educação em Direitos Humanos: a construção de uma prática. *Caderno Comemorativo dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 20 anos da Constituição Federal de 1988*. Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, Prefeitura de Belo Horizonte, 2007. Agradecemos à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos, de Belo Horizonte, na pessoa da coordenadora Andréa Carmona, a gentileza de permitir a reprodução do texto nesta publicação.

² Psicóloga social e clínica, Doutora em Educação, professora aposentada da UFMG, presidente da Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM) e consultora para programas sociais.

³ Psicóloga social e clínica, Mestre em Psicologia Social, co-coordenadora do projeto "Roda de Conversa" na Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM) e consultora para programas sociais.

⁴ Dada a exigüidade de espaço, o presente artigo não aprofunda o tema dos Direitos Humanos, limitando-se à discussão metodológica da Educação em Direitos Humanos, com proposição de diretrizes e estratégias apropriadas para as diversas abordagens que se apóiam na dignidade e na liberdade da pessoa humana.

observando os seus contextos de existência. Mas a informação sozinha é vazia de sentidos. É preciso saber aplicá-la. A difusão de informação deve ser, portanto, acompanhada da valorização de uma cultura dos direitos humanos, em toda a sua diversidade.

Em segundo lugar, para o PNEDH, é fundamental que a educação em direitos humanos proporcione uma reflexão sobre valores, atitudes e práticas sociais relacionados à cultura dos direitos humanos. Esta reflexão será a base para uma consciência cidadã, que é o terceiro grande objetivo. Do ponto de vista cognitivo, isto significa que, além de ter acesso à informação, os educandos devem se fazer capazes de lhe atribuir sentido e de agir com base neste conhecimento. Ou seja, este conhecimento está associado a um investimento na qualidade e na potencialidade dos vínculos sociais, reafirmando a ética da cidadania, da justiça social e da democracia.

Em relação à postura pedagógica, o PNEDH orienta para a adoção de processos metodológicos participativos, de construção coletiva, com linguagens e materiais didáticos que promovam os valores, as atitudes, as ações, as estratégias e os instrumentos em favor da defesa, da promoção e ampliação dos direitos humanos.

Uma vez aceitas estas diretrizes, é interessante se perguntar como organizar e desenvolver projetos e ações educativas nas quais e pelas quais os educandos possam se perceber como cidadãos e sujeitos de direitos.

Projetos de Educação em Direitos Humanos: flexibilidade e diálogo⁵

Ao se fazer um projeto educativo na área de direitos humanos, deve-se levar em consideração os objetivos desejados, o público envolvido, as temáticas a serem abordadas e os métodos mais adequados para desenvolver o projeto.

O avanço na concepção dos Direitos Humanos e a sua ampliação para diversos âmbitos da vida social resultaram na ampliação do público potencialmente interessado na educação em Direitos Humanos. Todos os seres humanos, nos mais variados contextos, com as mais diversas características, têm, em princípio, o interesse e o direito à informação e à reflexão sobre Direitos Humanos, fortalecendo a sua consciência e o seu exercício da cidadania. Assim, projetos de educação em DH podem ser desenvolvidos em escolas, em abrigos, em empresas, em penitenciárias, em comunidades abertas, em movimentos sociais, em projetos de saúde mental, entre outros.

A definição dos objetivos de um projeto educativo em direitos humanos deve ser feita com flexibilidade, pois não se trata de um conteúdo escolar da mesma natureza que outros conteúdos, para os quais existem requisitos mínimos e conhecimentos que precisam ser desenvolvidos em uma seqüência lógica, como a matemática ou a física. O conteúdo, a linguagem e os materiais educativos devem ser adequados às características dos projetos e

⁵ A presente concepção de educação dialógica está baseada em Freire (1976; 1977; 1994 e 2003) e em Pichon-Rivière (1988).

dos próprios educandos (tais como a sua faixa etária ou nível de escolarização) e podem ser organizados de maneiras variadas para responder às demandas e interesses destes educandos. Assim, um projeto pode começar com o tema dos direitos dos idosos, enquanto um outro parte dos direitos sexuais e reprodutivos. O nível de aprofundamento dependerá também do avanço dos próprios educandos que não deverão ser estimulados a alcançar um objetivo pré-determinado, mas a se auto-avaliar a fim de identificar quais eram os seus conhecimentos anteriores e o que aprenderam no projeto de educação em direitos humanos, bem como refletir sobre a contribuição desse aprendizado para o seu desenvolvimento como cidadãos.

Os educadores que se responsabilizam por projetos de educação em direitos humanos deverão buscar fundamentação para o seu trabalho, buscando introduzir algumas noções⁶ básicas em suas ações educativas. A primeira destas noções é o conceito de Direitos Humanos como “direitos fundamentais”⁷ e a sua expansão, ao longo da história, para abranger direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. De grande importância também é abordar os princípios que ajudam a definir o que são os direitos humanos, a partir das características de universalidade, indivisibilidade e interdependência⁸ dos direitos, fundados que estão nos valores da dignidade e da liberdade da pessoa humana, em todos os contextos.

Porém, é preciso lembrar que se os educadores dedicados a projetos de educação em direitos humanos devem buscar conhecer e refletir continuamente sobre o tema, seria inviável, na realidade brasileira, pensar nestes educadores como grandes especialistas. Muitos projetos se dedicam a difundir a cultura dos direitos humanos em nível local, sendo voltados para os mais variados públicos e contextos, inclusive a partir de suas necessidades mais básicas. Assim, a complexidade das questões não deve desencorajar os sujeitos que se implicam nas ações educativas. Pelo contrário, será potencializando o debate na sociedade brasileira, fazendo circular as idéias e criando espaços para a reflexão, que os direitos humanos se tornarão cada vez mais um tema apropriado por aqueles que a eles se referem: todos nós, pessoas humanas e cidadãos.

Portanto, o mais importante é perceber como a informação e a reflexão sobre direitos humanos estão profundamente vinculadas ao contexto de vida do educando. Por exemplo, enquanto os grupos de adolescentes podem se

⁶ Falamos aqui em “noções”, como uma forma mais básica de se acercar da questão dos Direitos Humanos. A discussão filosófica sobre os Direitos Humanos é hoje muito rica, envolvendo diferentes pontos de vista e conceitos. Para uma discussão sobre o conceito de direitos humanos ver, entre outros, Mazzuoli (2001) e Schiefer (2004).

⁷ Compreender tais direitos como “fundamentais” significa que eles não podem ser considerados como uma concessão do Estado. São direitos “proclamados” (e não “concedidos”) na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Assim, “cada pessoa, portanto, deve ter a possibilidade de exigir que a sociedade e todas as demais pessoas respeitem sua *dignidade* e garantam os meios de atendimento das suas necessidades básicas.” (Schiefer, 2004).

⁸ A **universalidade** implica o reconhecimento de que todos os indivíduos têm direitos pelo mero fato de sua humanidade. A **indivisibilidade** implica na percepção de que a dignidade humana não pode ser buscada apenas pela satisfação de direitos civis e políticos, tais como os direitos à liberdade de expressão, à liberdade de ir e vir, o direito ao voto, os direitos econômicos, sociais e culturais, o direito à educação, o direito à alimentação e à moradia. A **interdependência** aponta para o fato de que a efetividade de um tipo de direito (por exemplo, os direitos sociais) depende da efetividade dos outros tipos de direitos (por exemplo, os direitos políticos e civis) (ÁGERE COOPERAÇÃO EM ADVOCACY, 2006).

interessar em conhecer os direitos referentes à sexualidade e ao trabalho, os grupos de idosos podem estar mais envolvidos com a discussão sobre os benefícios a que têm direito como cidadãos da terceira idade. Isto não os impede, é claro, de ampliar a sua visão para conhecer os direitos nos diferentes ciclos da vida e para os diferentes grupos sociais. Mas este interesse será despertado à medida que a sua percepção dos direitos se amplia.

Os projetos devem ser construídos considerando a especificidade dos educandos e, preferencialmente, construídos com estes, a partir dos seus interesses explicitados. Os educadores tratarão de motivar e potencializar esses interesses iniciais para ampliar os horizontes dos educandos, problematizando as questões colocadas e indicando novos desafios para o conhecimento e a reflexão. As formas de avaliação também deverão ser adaptadas a este processo participativo, dando preferência à valorização da produção do grupo e às formas de reconhecimento desta produção ao invés de sanções sobre a aprendizagem.

Assim, um projeto de educação em direitos humanos pode abranger temas como direitos da infância e da adolescência, direitos da mulher e do homem, direitos civis e políticos, direitos sociais, etc.. São temas que se encontram para montar um grande quebra-cabeça. A figura integral do quebra-cabeça é a dos Direitos Humanos. Cada pecinha é fundamental neste desenho e se encaixa nas outras de maneira singular. Diferenças que se unem para mostrar um cenário de encontros, desencontros, tensão e cooperação. Os Direitos Humanos são definidos através de um processo histórico, continuamente em movimento.

Finalmente, é preciso demarcar outra questão essencial: uma educação em direitos humanos deveria, o mais plenamente possível, abarcar o conhecimento dos meios para buscar a realização desses direitos. Por exemplo, não basta saber que as crianças têm o direito à educação. É preciso conhecer como esse direito é garantido. Como as crianças e suas famílias podem fazer valer este direito. Que sanções existem caso este direito seja violado. E assim por diante. Ou seja, uma educação em direitos humanos deve capacitar o sujeito não apenas para conhecer mas também para exercer os seus direitos dentro de um contexto, onde encontra possibilidades e limites.

A educação em direitos humanos é uma educação para a cidadania, indo além dos aspectos formais e legais e baseando-se no respeito à dignidade e às potencialidades humanas. Os direitos humanos e a cidadania são uma construção social e histórica. Difundir uma “cultura dos direitos humanos” só é possível com a sua apropriação e reinvenção por estes mesmos sujeitos, humanos e cidadãos.

Educadores e educandos: Parceiros de uma jornada histórica

Busca-se uma educação onde os conteúdos são construídos junto com os educandos, desde o primeiro dia. Mas isto não significa que o educador deva

chegar de “mãos vazias”. Certamente, os conhecimentos já construídos em torno dos Direitos Humanos são tomados como referência e constituem uma “matriz de possibilidades”. Essa matriz é como um “continente” que contém muitos caminhos e recantos. O conhecimento é como um grande continente. Traçando mapas e escolhendo roteiros educadores e educandos se “apropriam” deste continente, dele fazendo sua morada. São, ao mesmo tempo, guias e desbravadores que escrevem o seu próprio “diário de viagem”.

O educador se prepara estudando esta “matriz de possibilidades” que é o conhecimento já construído. Conversando com os educandos, levanta os interesses e o nível de informação destes. Escuta e propõe temas para serem trabalhados. Por exemplo, se um grupo de jovens deseja conhecer os direitos sexuais e reprodutivos, este assunto poderá entrar na discussão, sendo programado para um dia específico, no qual haverá tempo para buscar fundamento na legislação, materiais educativos diversos, recortes de jornal, e outros recursos. Técnicas de dinâmica de grupo ajudarão a motivar as pessoas e a promover a comunicação de maneira lúdica e organizada.

De fato, a educação em Direitos Humanos deve se ancorar em questões pensadas e vividas pelos educandos, em uma relação de diálogo, de onde novos sentidos podem surgir. Mas conversa vai, conversa vem e muitos educadores se perguntam como desenvolver junto aos educandos esta metodologia de diálogo e participação⁹.

De maneira resumida, são aqui apresentados três momentos importantes do processo educativo baseado em participação e reflexão:

1) Sensibilização e Mobilização

Sensibilizar não significa fazer uma preleção inicial para demonstrar a importância do que se vai fazer. Se isto pode fortalecer os argumentos racionais, terá pouco impacto sobre as dificuldades de concentração e focalização. Na sensibilização busca-se escutar os educandos sobre situações de sua vida, vivências boas ou sofridas, que lhes despertaram questões pertinentes aos direitos humanos e à cidadania e, a partir daí, recuperar estas questões para serem trabalhadas na situação educativa. Podem ser usados recursos diversos, tais como uma conversa inicial, uma brincadeira, um jogo, uma letra de música ou uma técnica de dinâmica de grupo.

A sensibilização terá como efeito mobilizar lembranças, sentimentos e idéias. Se for feita de maneira compartilhada no grupo, terá melhores resultados. O educador não deve ter pressa para “concluir” a mensagem que deseja transmitir. Trabalhará no ritmo da compreensão do educando, procurando acompanhá-lo ao próximo passo, onde comunicação e problematização andam juntas. Neste momento, a maior preocupação do educador não é com “raciocinar”, “produzir” e “concluir”. Pelo contrário, este é o momento de “acolher”, “escutar”, “incentivar” e “criar um clima de confiança”. Se o grupo mostrar dificuldades de concentração através da

⁹ Na elaboração desta parte foram utilizadas as referências de Abade et al. (2007); Afonso (2006) e Afonso (2002) e, ainda, Cardoso & Paranhos in Avritzer (2006), Candau (2003) e Serrão & Boleiro (1999). Ver exemplos de oficinas temáticas em direitos humanos em http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/dh/br/pb/oficinas_pb/index.html.

bagunça e do negativismo, o educador pode colocar regras e limites, de maneira clara, desde que tome muito cuidado para não desvalorizar a pessoa dos educandos. Ou seja, a cada regra para limitar as formas indesejáveis de atuação no grupo, deve-se reafirmar a regra que favorece a participação. Nenhum educando deve ser obrigado a participar de técnicas de interação para as quais não se sente disponível. Isto só aumentará a sua ansiedade e criará a necessidade de oposição ao educador. Deve-se apenas pedir-lhe que não atrapalhe os outros, sempre mantendo aberta a possibilidade de sua participação.

2) Comunicação, Problematização e Reflexão

Por tudo o que já foi dito acima, a Educação em Direitos Humanos será mais bem desenvolvida se criar um espaço para que as pessoas possam desenvolver uma reflexão coletiva sobre a cidadania e sobre os seus direitos. Esperar que esta comunicação ficasse apenas entre o educador e o educando é se apoiar em uma visão muito restrita do processo educativo quando a questão a ser abordada diz respeito à própria vida dos educandos.

Assim, depois do momento inicial de sensibilização, os educandos precisam fazer um esforço para compreender a própria experiência de uma maneira mais ampla, ou seja, de partir do seu caso pessoal para pensar uma questão que diz respeito ao ser humano e aos cidadãos em sua sociedade. Ou seja, da experiência de cada um, será feita a problematização - a escolha de questões para discussão - e uma reflexão sobre os diversos aspectos envolvidos nestas questões.

Entretanto, esse esforço é muito difícil de se fazer solitariamente. A troca de experiências no grupo pode colaborar para que o educando assuma uma postura mais ativa ao analisar a sua experiência. Vendo que não é o único a ter determinadas vivências, comparando a sua experiência e a dos outros, escutando aquilo que outros já pensaram, conhecendo as semelhanças e diferenças de pontos de vista no grupo, o educando se tornar mais flexível, desenvolver novas referências para pensar a sua experiência, perceber diferentes possibilidades de análise e avaliar diferentes formas de enfrentamento dos problemas. Afinal, se é conversando que a gente se entende, também é possível dizer que é se entendendo (entendendo a nós mesmos) que a gente conversa!

É claro que nem sempre os educandos chegam a estes resultados sozinhos. É preciso o incentivo do educador, a sua orientação e a sua cooperação. Isto pode se dá quando o educador estimula o grupo com perguntas, observa pontos importantes que foram tocados na discussão, sugere caminhos para o pensamento, esclarece dúvidas, oferece informações, sistematiza os pontos de vista, enfim, promove, dá suporte e ajuda a direcionar a discussão para as questões relevantes em Direitos Humanos e Cidadania. Este é o momento ideal para introduzir informações de maneira dinâmica e associada às preocupações do grupo de educandos. Mas não “roube a cena” dando uma aula e se esquecendo que há um processo coletivo acontecendo. Busque entremear as informações que você trouxe àquelas que o grupo está levantando, ou às questões que ele vai trazendo.

Pode-se utilizar técnicas variadas como uma dramatização, um grande painel, a divisão dos educandos em pequenos grupos que são reagrupados em um grupo maior no momento de se apresentar conclusões, ou outras. Pode-se também utilizar a discussão de casos reais ou fictícios, a discussão de textos teóricos (dentro do nível de informação do grupo de educandos), de letras de música, peças de literatura. Pode-se utilizar notícias de jornais para a discussão de casos em pequenos grupos e a proposição de soluções. São muitas as possibilidades. Em todas elas, é importante trabalhar com a postura democrática de escutar os educandos e favorecer a sua participação bem como de acolhimento e criação de um clima de confiança.

3) Sistematização e operacionalização

É importante que se reserve um tempo ao final da discussão para que algumas sistematizações sejam feitas e, junto com elas, também possam ser oferecidas orientações para possíveis ações ou posturas.

Compreender e interpretar o mundo são processos que envolvem tanto uma dimensão sócio-cognitiva (operar com os conceitos que aprendemos em sociedade) quanto sócio-afetiva (operar com os valores, relações e afetos que desenvolvemos em nossas interações interpessoais e sociais). O entendimento do mundo exige, portanto, uma “interpretação” que envolve não apenas o nosso raciocínio lógico mas também os nossos sentimentos e o nosso “estar no mundo”. A reflexão sobre os direitos humanos tem um impacto sobre a nossa percepção de nós mesmos como cidadãos e nos coloca diante de questões para as quais temos que procurar respostas e buscar formas de relacionar e de agir em sociedade.

Assim, sistematizar as discussões do dia é muito mais do que fazer um resumo das idéias que foram abordadas. É preciso não banalizar as conclusões. Muitas delas podem ser “lógicas” e “fáceis” do ponto de vista da teoria, mas podem ser muito difíceis de se encarar dentro do contexto de vida dos educandos. É preciso, então, também sistematizar as dúvidas que foram levantadas, os receios, as diferenças de pontos de vista, os problemas desvelados, e tudo o mais que aconteceu na discussão. A sistematização não é o momento de se esquecer do processo de grupo e apresentar um conteúdo fechado e pronto. A sistematização é o momento de se resumir o que o grupo viveu, pensou, duvidou, propôs e cresceu! É também um momento de crescimento para o educador, que dali tirará novas idéias para dar continuidade ao seu trabalho educativo.

Sugerimos que o educador siga estes três momentos do processo educativo nos mais diversos projetos. Projetos breves ou de longa duração, com pequenos ou com grandes grupos, em instituições ou em comunidades. A intensidade, a duração, a profundidade e a alternância desses momentos poderá variar em cada projeto. Oficinas, circuitos culturais, grupos de produção, salas de aula, feiras e praças, dentre outros, são palcos possíveis para a cena educativa. Há que se preparar, investir, organizar, equilibrar os recursos e as estratégias, mas, fundamentalmente, o que faz a cena educativa se desenrolar são os seus atores principais: educadores e educandos, envolvidos em uma relação de diálogo e crescimento mútuo.

Encontros e desencontros previsíveis

Os princípios e estratégias expostos neste texto podem transmitir uma imagem falsa de que projetos educativos em direitos humanos serão sempre desenvolvidos em um clima de cooperação e serenidade por parte dos educandos, que veriam os seus interesses respondidos pelos conteúdos oferecidos e pelas metodologias participativas. Assim, algumas considerações finais se tornam necessárias para limitar a visão romântica e buscar enraizar as ações educativas na realidade da nossa população, em especial, daqueles grupos que vivem situações diversas de exclusão, violência e estigma social.

Consideremos, em primeiro lugar, que o fortalecimento da cidadania não é uma consequência imediata e direta da difusão de informação. Da parte dos educandos, podem existir dificuldades para compreender e reter a informação, interpretá-la e aplicá-la. Da parte do contexto social, podem existir mecanismos e processos que impedem os educandos de fazer valer o seu conhecimento, restringindo as suas possibilidades de ação como cidadãos.

Não raramente a realidade é tão dura que os educandos mostram dificuldades para compreender a importância de algumas discussões, ou até mesmo para dar foco a elas. Por exemplo, adolescentes em uma comunidade com altos índices de violência e poucos recursos sociais podem achar muito difícil discutir um “projeto de vida”, pois isto lhes será penoso e até mesmo parecerá irreal, mesmo que esta discussão seja necessária para que se fortaleçam e construam saídas diante de suas condições de vida (desde que com o apoio social). Numa situação como esta, o educando pode reagir, inicialmente, com uma atitude de desordem, descrença, desatenção. Não é eficaz que o educador se ponha a “pedir ordem”. É preferível ouvir o que os educandos têm a dizer sobre a sua dificuldade de executar as tarefas solicitadas.

O educador deve ficar atento para a existência das dificuldades e conflitos presentes na cena educativa. Há que se superar uma visão romântica e buscar desenvolver o diálogo sem deixar de analisar os conflitos e as resistências que vão aparecendo ao longo da jornada. É preciso questionar uma postura ingênua do educador que pressupõe que a reflexão, especialmente relativa às questões da vida do educando, seja um mero produto de um raciocínio lógico e puro. Existem fatores de ordem social e subjetiva que interferem no processo educativo, que facilitam ou dificultam o desenvolvimento da ação educativa¹⁰.

O educador deve ter em mente que aquilo que ele acredita ser o funcionamento “ideal” ou o “rendimento ideal” do grupo de educandos nem sempre está de acordo com aquilo que os educandos realizam ou podem realizar em determinado momento. Às vezes, um avanço que parece pequeno aos olhos do educador significa um grande passo para o educando. É preciso escutar as dificuldades, incentivar os educandos a enfrentá-las, procurar

¹⁰ A esse respeito, Pichon-Rivière (1988) oferece uma análise da importância do sentimento de pertencimento ao grupo e dos processos de comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem no grupo de educandos.

criar mecanismos que facilitem a aprendizagem e a criatividade, e avaliar levando em conta os avanços percebidos através da ação educativa e no contexto educativo.

O papel do educador em direitos humanos é o de um co-construtor. Ele transmite um conhecimento já produzido na história da humanidade, mas abre as portas para que este conhecimento seja enriquecido pela experiência e reflexão. Incentiva a aprendizagem e, ao mesmo tempo, apóia o educando na busca de uma interpretação do mundo que seja coerente com os princípios dos direitos humanos e com a dignidade da pessoa humana.

Referências

ABADE, Flávia et al. *Direitos Humanos nas Rodas de Conversa: uma estratégia de promoção de reflexão com sujeitos-cidadãos*. Texto apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Rio de Janeiro, Outubro/Novembro de 2007.

AFONSO, Maria Lúcia M. (Org.). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AFONSO, Maria Lúcia M. *Metodologia de trabalho - Intervenção psicossocial*. Revista Pensar BH (edição Criança Pequena). Nov 2002.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Cadernos de assistência social*. Núcleo de Apoio à Assistência Social (NUPASS), UFMG, Belo Horizonte, 2006. (Publicado em arquivo PDF).

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, 2006. (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006).

CARDOSO, A.M.R. E PARANHOS, T.J.M. *A oficina pedagógica como dinâmica de grupo, trabalhando com o fio da memória: uma trama de histórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, fevereiro de 2002. Acesso em: www.univercidade.edu/html/cursos/graduacao/download_ce/Pass_AnaOficinaPedagogica.pdf.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). *Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos*. 5a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ÁGERE COOPERAÇÃO EM ADVOCACY. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Paraná, 2006.

FREIRE, Paulo (1976). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (1977). *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (1994). *Pedagogia da esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários* (27ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Gênese e principiologia dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos: o legado da Declaração Universal de 1948. *Revista Jurídica Cajamarca*. Presidente Prudente-SP, 2001.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SERRÃO, Margarida e BOLEIRO, Maria C. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: Editora FTD, 1999

SCHIEFER, Uyára. Sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. *Doutrina*, n. 15, 2004 (revista editada pelo Instituto de Direito James Tubenclack, Rio de Janeiro).

http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/dh/br/pb/oficinas_pb/index.html

<http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/edh/br/oficinas/index.html>

RODAS DE CONVERSA

VAMOS ENTRAR NA RODA?

A metodologia das Rodas de Conversa

Esse texto aborda a metodologia das RODAS DE CONVERSA¹¹, na forma de um diálogo imaginário entre a RECIMAM e pessoas que desenvolvem trabalhos sociais na área de Direitos Humanos e Cidadania. Através dele, procuramos conceituar a nossa proposta, explicar os seus objetivos, fundamentos e metodologia.

RECIMAM: Sejam bem vindos! É um prazer receber vocês!

Visitantes: É um prazer estar aqui. Nós viemos aqui hoje por que ouvimos falar que vocês, aqui na RECIMAM, têm um trabalho com RODAS DE CONVERSA¹². Podem começar explicando o que é isto?

A Proposta das Rodas de Conversa sobre Direitos Humanos e Cidadania

R: Somos uma ONG que trabalha com a promoção dos direitos humanos e da cidadania. Foi pensando nisso que desenvolvemos as nossas Rodas de Conversa. Uma Roda de Conversa é uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos.

Visitantes (V) - Nós percebemos que ainda existem muitas polêmicas acerca dos Direitos Humanos no Brasil. Algumas pessoas nem ouviram falar sobre isto!

R - Os Direitos Humanos são direitos baseados no valor da dignidade humana, sendo por isto chamado de “direitos fundamentais” da pessoa humana. Entretanto, sua concepção varia ao longo dos tempos. Trabalhamos então com uma concepção social e histórica desses direitos. Não é que a gente ache que a dignidade humana é relativa, mas a gente reconhece que ela toma

¹¹ Nossas Rodas de Conversa têm o mesmo fundamento metodológico que as Oficinas de Intervenção Psicossocial (ver Afonso, MLM et al, 2000 e 2003 e Afonso, MLM e Abade, FL, no prelo). É uma proposta dialógica que visa relacionar cultura e subjetividade. Nosso referencial teórico se constitui a partir da articulação de autores da psicologia social, psicanálise e educação que apresentam pontos em comum ao abordar o processo de reflexão e de mudança nos sujeitos e nos grupos sociais.

¹² Abade, Flávia L. et al. Os Direitos Humanos nas Rodas de conversa: . Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ABRAPSO, Rio de Janeiro, 2007. Para a realização das rodas contamos com a participação das seguintes pessoas:

diferentes formas de compreensão ao longo da história. Daí, justamente, a importância de se trabalhar com a compreensão e a reflexão dos direitos humanos junto aos seres humanos em seu contexto social e histórico... de forma que possa fazer sentido em seu cotidiano, em sua experiência de vida.

V: Ah, bom... E os direitos de cidadania?

R: Os direitos de cidadania são aqueles direitos já conquistados e previstos na constituição do país do qual você é um cidadão. Também variam na história da sociedade.

V: Nós pensamos que fossem a mesma coisa... Como eles se relacionam?

R: Os direitos de cidadania resultam de conquistas históricas que, em alguma medida, foram sustentadas por uma noção de direitos do ser humano. A compreensão do que são Direitos Humanos, por sua vez, é ampliada na medida em que novos direitos de cidadania são reivindicados e conquistados.

V - É...As pessoas precisam mesmo se informar melhor sobre esse assunto.

R: A informação é muito importante, mas é preciso ir além do conhecimento formal. As pessoas precisam de se apropriar desse conhecimento e de refletir sobre a maneira como os nossos valores, atitudes e práticas podem ou não estar relacionados a uma cultura de promoção dos Direitos Humanos. Por exemplo, é necessário conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também é necessário conversar sobre ela, refletir sobre a presença efetiva desses direitos em nosso contexto. É preciso conversar, construir e atribuir sentido às leis e agir com base nessa reflexão.

V - Hum... Então vocês procuram juntar informação e reflexão... como base para o desenvolvimento de uma consciência cidadã... É isso mesmo? Então vocês inventaram a roda! (risos)

R: Bom, não é bem assim. Nós não inventamos a roda. As metodologias participativas são antigas na história da humanidade. Nas ciências sociais, existem também há muito tempo. Há trabalhos pioneiros aos quais nos referimos e isso vocês poderão ver na bibliografia que vamos sugerir ao final do nosso diálogo. Entretanto, ao mesmo tempo em que ninguém inventa (mais) a roda, todos nós temos que reinventá-la a cada dia... a partir de nossas questões atuais, a partir de nossos horizontes atuais. Então, nós, vocês e todos aqueles que se propõem a trabalhar com as metodologias participativas precisamos reinventá-las a cada dia, em nosso trabalho, junto aos nossos parceiros.

V: Certo, quem conta um conto aumenta um ponto, não é mesmo?

R: Isso mesmo. O que as nossas Rodas têm é uma articulação com o conhecimento sobre a intervenção psicossocial e o processo grupal. Já fizemos no trabalho com Oficinas. Porém, as Rodas de Conversa se

caracterizam por serem intervenções pontuais enquanto as Oficinas envolvem todo um trabalho com o processo grupal. Daí, há uma diferença. Para pensar esta especificidade das Rodas foi preciso, então, buscar teorias que discutem a dialogicidade.

V: Então, quais são os objetivos de vocês com as suas Rodas de Conversa? Em que contribuem?

Objetivos das Rodas de Conversa sobre Direitos Humanos e Cidadania

R - Em primeiro lugar, é preciso saber que as Rodas de Conversa constituem uma metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos, tais como escolas, postos de saúde, associações comunitárias, e outros. No nosso caso, aplicamos esta metodologia à discussão dos Direitos Humanos e Cidadania. Então, os seus objetivos podem ser definidos como:

1º) Difundir a discussão sobre Direitos Humanos e Cidadania, trabalhando de forma vinculada (ou adaptada) à demanda e à realidade das pessoas com quem vamos desenvolver a Roda;

2º) Criar um contexto de diálogo sobre Direitos Humanos e Cidadania, potencializando a participação a partir da redução dos fatores que entram a comunicação no grupo;

3º) Promover a reflexão sobre os temas abordados, relacionando-a ao contexto de vida dos participantes e incentivando a sua ressignificação desses temas em prol de uma cultura de promoção e defesa dos Direitos Humanos.

V - Nossa, parece complicado! Por favor, expliquem, de novo, um a um.

R - Vamos lá! Em nosso trabalho, selecionamos alguns temas bem gerais, que foram Cidadania e direitos humanos; Gênero e direitos humanos; Trabalho, cidadania e direitos humanos; Direitos de cidadania e ciclos de vida (infância, adolescência, idade adulta e terceira idade); Etnia, raça e direitos humanos; Estigmas e preconceitos sociais: como reconhecer e combater. Buscamos estudar sobre cada um deles, coletar materiais, etc.. Porém, a nossa intenção não era simplesmente repetir esses conteúdos. Entendemos que, em vez de fazer uma palestra impessoal sobre os DH, é importante conhecer um pouco melhor quem é o grupo, as pessoas que farão parte da Roda. Conversar com alguém que saiba nos informar que grupo é este, em que contexto se encontra, qual é a sua idade e sexo, qual é a sua escolaridade, se trabalham ou não, se fazem parte de uma sala de aula, um projeto social, ou o que for... Assim, podemos pensar como a temática dos DH pode melhor se articular com as preocupações do grupo. Bom mesmo é quando o próprio grupo nos solicita, mas isto nem sempre acontece... então, a gente procura ampliar ao máximo a participação na discussão pois é quando

o grupo pode se apropriar dela articulando-a às suas próprias questões. Por exemplo, quando fomos chamados para fazer uma Roda de Conversa com um grupo de jovens que participam de um curso profissionalizante, levamos o tema de trabalho e cidadania, trazendo-o bem para perto da realidade e da demanda do grupo. Assim, é possível sensibilizar e motivar mais para os temas dos Direitos Humanos e criar formas para a sua apropriação no cotidiano dos participantes da Roda.

V: É, parece interessante... mas uma palestra iria transmitir maior quantidade de conhecimentos, de maneira mais rápida e integrada... Por que trabalhar com essas Rodas?

R: Palestras podem ser boas em muitas ocasiões. Entretanto, a gente pensa que outras maneiras de promover a reflexão podem ser mais importantes em dados contextos. Pense nesse grupo de jovens que mencionei. A Roda de Conversa é um meio de sensibilizá-los e motivá-los para pensar, de uma maneira mais envolvente, em aspectos das suas relações com o mundo do trabalho, com o seu projeto de vida, com os seus direitos. Os participantes são mobilizados ao mesmo tempo em sua condição de cidadão e de sujeitos que precisam se implicar no exercício, na experiência e na realização dos direitos humanos dentro de seu contexto. Muitas vezes, demonstram surpresa ao perceberem que não se trata de uma palestra ou uma aula, mas sim de um espaço para que eles falem de seu cotidiano, tanto na esfera da vida privada como na pública. É um espaço importante para discussão e construção de saberes e práticas.

V: Isto responde pela participação... mas o conteúdo não fica um pouco desorganizado?

R: Uma das dificuldades de se discutir a questão dos direitos humanos é justamente a situação de exclusão daqueles que não têm acesso aos seus direitos. Nem sempre as pessoas tiveram acesso a informações básicas que mostrem como os direitos humanos são importantes. Então, nem sempre as pessoas que estão assistindo a uma palestra estão processando todas as informações, muito menos estão relacionando estas informações às suas próprias experiências. Muitas vezes são justamente aqueles que estão privados de seus direitos que têm pouca ou nenhuma informação sobre eles. Às vezes, conhecemos os nossos direitos mas não sabemos como fazer para que sejam respeitados. Outras vezes, ainda, temos dúvida sobre as maneiras como devemos buscar e exercitar os nossos direitos. Na estrutura de uma palestra, onde um só fala e o restante ouve, é mais difícil conseguir dar forma a estas dúvidas, colocá-las em palavras, articular questões e processar respostas. As Rodas de Conversa constituem um trabalho mais básico de reflexão onde o conteúdo será estruturado a partir das questões do grupo e conforme o grupo consiga processá-lo. Isto não impede as pessoas de assistirem a palestras. Nós mesmos gostamos muito de assistir a palestras!!!

V: Ah, então o conteúdo é mais fraquinho? (tom de decepção!)

R: Como dissemos, vai depender do grupo. A reflexão caminha com o grupo. Isto também é diferente da palestra. Pode se aprofundar mais ou menos. Aliás, a reflexão não depende apenas da quantidade de informação mas precisa também de qualidade. Precisa também de articular a informação recebida a outros pensamentos e experiências. Às vezes isto implica em construir uma informação nova. Às vezes significa desconstruir - isto é, compreender a forma como estamos pensando, as associações que estamos fazendo, os valores que sustentam o nosso ponto de vista, etc. - um ponto de vista. Às vezes, um pouquinho de conteúdo gera muito mais reflexão do que um monte de informações... que não são compreendidas nem processadas...

V: Ah, bom. Você pode dar um exemplo?

R: Discutindo sobre DH no mencionado grupo de jovens, tratamos com direitos básicos no mundo do trabalho. Discutindo com um grupo de técnicos de um programa social, eles trouxeram a questão da interdependência dos direitos, discutindo alguns direitos de maneira mais aprofundada.

V: Mas é claro, né? Também, eles são especialistas...

R: Aí é que vocês se enganam. Às vezes a gente pressupõe que um grupo de profissionais já saibam tudo sobre os direitos humanos e sobre os direitos de cidadania e eles podem estar longe disso. Por exemplo, existem bons profissionais da saúde que não conhecem nada sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Então, uma discussão com eles não pode limitar a apresentar o ECA, é preciso conhecer o que eles pensam, como respeitar os direitos da criança e do adolescentes em suas práticas profissionais (esta é uma questão muito importante), como as concepções do ECA impactam as suas próprias crenças e assim por diante.

V: Estamos entendendo esta proposta das Rodas. Os grupos trabalham sobre aquilo que eles mesmos pensam, conhecem novos pontos de vista, questionam a sua prática e a sua experiência, não é? Legal! Mas como acontece esta reflexão na Roda?

R: Isto tem tudo a ver com o nosso segundo objetivo, que mencionamos antes, lembram-se? Hoje em dia todo mundo fala em diálogo, mas o diálogo humano nunca foi fácil... então a coordenação das Rodas precisa construir "condições dialógicas" para que a reflexão aconteça. De outra maneira, a participação fica difícil.

V: Pois é. Condições dialógicas... O que é isto?

R: A gente pode dizer que são as condições para desenvolver o diálogo. Pensamos que pouco adianta refletir sobre direitos se as pessoas interessadas nesta discussão não encontram espaço para participar

ativamente dela. Mas esta participação nem sempre é fácil. É preciso oferecer algumas condições para incentivá-la bem como buscar superar algumas de suas dificuldades. Às vezes, as pessoas se sentem intimidadas pelo fato de terem um vocabulário diferente, de não terem educação formal, de abordar determinados temas, de revelar experiências sofridas, de expressarem opiniões e assim por diante. Nem sempre a reflexão faz parte do nosso cotidiano. Muitas pessoas vivem em contextos que não cultivam e mesmo reprimem ou não incentivam a reflexão. Em nossa sociedade, a desigualdade social traz impactos também sobre as oportunidades de expressão, comunicação e reflexão. Também são diferentes as condições que as pessoas têm de participar e refletir em seus diferentes contextos de vida. É claro que, sendo a capacidade de pensar própria do ser humano, não podemos falar em uma incapacidade, generalizada, de pensar em dados contextos. Porém, alguns contextos impõem dificuldades à reflexão, as situações de sofrimento ou de exclusão social são exemplos. Quando alguém consegue, apesar de tudo, refletir nestes contextos, via de regra traz ótimas contribuições para a compreensão do próprio ser humano.

V: Ok. Até aqui estamos concordando, mas vocês ainda não chegaram ao ponto!

R: O diálogo é uma prática social. Por isto, precisa se dar dentro de condições sociais. Para uma descrição didática, vamos abordar aqui dois tipos de “condições”: aquelas que dependem diretamente fatores sociais e institucionais e aquelas que estão mais ligados à postura que os próprios sujeitos assumem na relação de comunicação. Somos mais livres para expressar a nossa opinião e discutir as nossas idéias quando não temos represálias externas. Mas também é importante ser reconhecidos pelos nossos parceiros de diálogo, ou seja, não temer perder a nossa identidade e/ou os nossos laços afetivos quando expressamos nossos pensamentos... Assim, tanto a nossa postura diante do outro quanto a postura do outro diante da gente são fundamentais para se estabelecer um diálogo.

V: É verdade. Há muito conflito entre pontos de vista diferentes... muitas vezes uma pessoa tenta dominar a outra na conversação...

R: O que se busca na Roda não é uma disputa sobre “quem tem razão” mas a apreciação das diversas razões, o alargamento da visão de cada um, a ampliação dos horizontes e a possibilidade de melhor refletir sobre a questão abordada. São estas as posturas que buscamos incentivar na coordenação da Roda de conversa. Também é preciso ressaltar que em situações onde decisões precisam ser tomadas, a Roda pode ser mais conflitiva mas também pode abrir espaço para escolhas mais democráticas.

V: Estamos entendendo a dificuldade...

R: Pois é. A Roda de conversa deve se dar em um contexto onde as pessoas podem se expressar sem medo de punição social ou institucional. Por exemplo, se o contexto é uma sala de aula, não deve ser ocasião para

avaliação do aluno ou de uma seleção para prêmios. Se é um ambiente de trabalho, os participantes não devem sofrer pressões para participar ou deixar de fazê-lo. A coordenação precisa trabalhar para criar um clima de respeito onde as pessoas possam se expressar sem receio de serem ridicularizadas ou desqualificadas no grupo.

V: Mas acontece da coordenação criar um clima de respeito e coisa e tal... e ninguém participar. Olha, isto é frustrante, sabia?

R: A gente sabe. Daí ser tão importante lembrar também que a Roda de conversa deve se dar em um contexto onde as pessoas possam se expressar buscando superar seus próprios medos e entraves. Para isto é que usamos recursos diversos, lúdicos ou não, para facilitar a comunicação e a interação.

V: Como isto é feito?

R: Vamos falar mais sobre a natureza da reflexão que é feita na Roda de Conversa. Os participantes da Roda não são “páginas em branco” onde a gente escreve uma informação nova. Eles são os próprios sujeitos dos Direitos Humanos e dos direitos de cidadania. Vivem e convivem dentro de um contexto onde estes direitos são ou não respeitados. Além disso, podem já ter noções ou idéias formadas sobre várias questões que têm a ver com os direitos humanos e de cidadania: o que pensam sobre as crianças, como encaram a questão do meio ambiente, como entendem a violência urbana, etc.. Ou seja, os participantes da Roda têm um horizonte de compreensão, que pode ser mais amplo, ou mais específico, e assim por diante. Para existir uma reflexão os participantes precisam se abrir para conhecer e questionar o próprio horizonte e, igualmente importante, que se abram para conhecer - e questionar, claro - os horizontes novos que o grupo e os coordenadores trazem para consideração. Ou seja, que se abram para a experiência de pensar, trocar e dialogar.

Nas Rodas de Conversa, partimos de conhecimentos já construídos para motivar um processo de compreensão mas também de criação. Para compreender o mundo, é preciso nos apropriarmos dos significados dados e, a partir dele, construir a nossa própria resposta para os problemas atuais que somos chamados a enfrentar. Assim, ao se discutir um tema, é importante alimentar a discussão com novas informações. Mas a informação sozinha não basta. Pensamos que uma nova compreensão vai utilizar a informação em um contexto de reflexão para ir além dela e conseguir produzir com ela alguma coisa nova diante das questões que o grupo enfrenta.

Existe aqui uma dialética entre compreender e analisar. Para compreender, precisamos nos sentir dentro de um referencial já construído e que somos convidados a compartilhar. Mas compreender, assim, não é o bastante. A repetição pela repetição não resolve as nossas questões. Podemos usar sim algo do referencial tradicional, mas desde que tenhamos nos apropriado dele a partir daquilo que o nosso momento nos traz. É a nossa relação com o mundo que nos exige um posicionamento, uma

interpretação. E é através desta “questão” que nos dispomos ao trabalho de compreender, analisar...refletir.

V: Mas a gente pode pensar o pensamento da gente? Não é como dar nó em pingo d'água? (risos).

R: Claro que pode. Não é isto que o ser humano faz o tempo todo? A gente pode tentar compreender como foi que acabamos pensando aquilo que pensamos: Será que foi a nossa educação? Foi a mídia? Foi alguma experiência relevante que nos sensibilizou e instigou? Foi o afeto que dedicamos a alguém que nos trouxe um novo ponto de vista? São muitos os caminhos... mas a gente pode procurar conhecê-los. E assim conhecer melhor quem somos. As Rodas de Conversa buscam incentivar justamente a reflexão sobre como pensamos as questões dos direitos humanos em nossa vida.

V: Ah, agora deu para entender melhor.

R: Então... Por isso, a gente precisa começar pela sensibilização dos participantes para a questão a ser discutida. Significa, buscar concentrar a atenção, evocar sentimentos e memórias que tenham a ver com esta questão. Marcar a presença dessa questão na nossa vida. Daí, em segundo lugar, é preciso buscar expressar e sistematizar o conhecimento que os participantes já tenham sobre a questão, o que pensam sobre ela, que importância tem para eles, etc.. Na Roda de Conversa, isso é facilitado por atividades que propomos. Na comunicação do grupo, os participantes podem ouvir a si mesmos, escutar os outros e trocar entre si. Podem iniciar esse processo que chamamos, ainda há pouco, de abrir-se para si mesmo e para o outro.

V: E isto tem a ver com o terceiro objetivo das Rodas, né?

R: Isso mesmo. Conhecendo a maneira como significam a suas experiências, conhecendo a sua maneira de pensar e discutindo como foi que chegaram a pensar dessa maneira... as pessoas podem refletir. Ou seja, podem rever os sentidos que têm atribuído às suas experiências, dar novos sentidos a essas experiências, pensar como têm se posicionado na sua vida, elaborar novas reivindicações, pensar em si mesmos como sujeitos de direitos... Este é o momento em que, usualmente, trazemos novas informações e reflexões. É um momento de acolhida e troca. As novas informações e pontos de vista incrementam o processo porque as pessoas estão mais prontas para o trabalho de refletir. Por que, vou dizer para vocês, isto dá trabalho!

V: Deve dar mais trabalho ainda porque não é só pensar mas é pensar sobre a própria vida!

R: Exatamente. Quando nos referimos ao contexto de vida dos participantes queremos dizer o conjunto de fatores não apenas materiais, mas também simbólicos e imaginários que se apresentam como relevantes para estes sujeitos na sua vida. Ou seja, englobam as condições materiais de

existência mas também as crenças, os afetos, a imaginação, dentre outras coisas. Uma pessoa pode ser muito interessada em questões que instigam a sua imaginação, os valores com os quais se relaciona no mundo, os afetos que dedica a pessoas e ideais, etc.. Porém, quanto mais estas questões têm impacto sobre a vida dessa pessoa, apresentando conseqüências diretas, colocando-a diante de escolhas e lhe exigindo posicionamentos, mais podemos dizer que esta pessoa está implicada com elas. Assim, implicar-se com uma questão significa descobrir e reconhecer as formas como ela nos constitui como sujeitos diante de nossas vidas. Os temas relacionados às nossas questões mais significativas são aqueles que trazem mais potencialidades, mas também trazem mais dificuldades para a sua reflexão. Isto porque despertam tanto o interesse quanto a ansiedade, os medos, as angústias e as dúvidas... Por isso mesmo, estes temas exigem da coordenação a delicadeza de escutar os participantes de forma a acolher e tentar superar essas dificuldades envolvidas na sua reflexão.

V: Olha que dá. Mas não é engraçado como a gente se pega fazendo isto muitas vezes durante o dia? A propósito de nada... de repente, a gente está pensando sobre o pensamento da gente. É no trânsito, é dentro de casa, é no trabalho, parece que a gente tem até necessidade disso!

R: A gente aqui na RECIMAM acha que isto tem a ver com o nosso próprio desejo de autonomia. Como a gente pode ser livre se a gente não conhecer melhor as nossas escolhas? Mesmo que elas sejam limitadas dentro de nosso contexto?

V: É mesmo. Daí que uma educação em direitos humanos precisa ir além da mera transmissão de conteúdos, não é? Volta aquela idéia da qual já falamos? Uma educação em direitos humanos é uma educação para a liberdade e a autonomia.

R: Olha, essa conversa é muito legal, mas a gente vai longe nela... Vamos voltar para as Rodas?

V: Vamos. Vocês descreveram o processo de reflexão. Mas não disseram muito sobre como conseguem, realmente, incentivá-lo...

A metodologia das nossas Rodas de Conversa sobre Direitos Humanos e Cidadania

R: Então, esse é momento de explicar a nossa metodologia. É importante repetir que é uma metodologia participativa onde a gente busca construir e colaborar com o grupo, cooperando com ele em seu processo.

V: Sim, sim, mas como isso se dá??? Há um número máximo ou mínimo de pessoas que podem participar?

R: Essa decisão é tomada junto com o grupo ou a instituição onde a Roda será realizada, mas informamos ao responsável que o número de participantes não pode ser muito grande, pois isso dificulta a participação de todos. Digamos, um máximo de 30 pessoas. Por aí...

V: E como vocês organizam as Rodas?

R: Vamos usar um exemplo para ficar mais fácil explicar. A partir da demanda que nos chega para realizar uma Roda, procuramos conhecer um pouco mais sobre o grupo com quem vamos fazê-la. E, a partir desse conhecimento inicial, elegemos um tema, que seria como um tema-gerador. Esse tema é fruto da articulação entre a demanda do grupo e as nossas temáticas em direitos humanos. Buscamos nos preparar para a discussão, estudando e sistematizando informações. Mas como dissemos, não é para dar uma aula e sim para sermos capazes de uma escuta melhor e intervenções mais produtivas. Por exemplo, quando fomos discutir o tema “trabalho e cidadania”, visitamos os seguintes sites:

www.onu-brasil.org.br

www.oitbrasil.org.br

www.mte.gov.br

Descobrimos que as normas fundamentais do trabalho são normas internacionais que existem sob a forma de Convenções e Recomendações. As **Convenções** são tratados internacionais sujeitos a ratificação dos países membros. As **Recomendações** são instrumentos opcionais, que tratam dos mesmos temas que as Convenções, e estabelecem orientações para a política e a ação nacionais. Daí, dentre as convenções estabelecidas pela OIT, selecionamos algumas para a nossa Roda de Conversa. Veja, por exemplo, as convenções número 100 e a número 182:

Convenção nº 100: Igualdade de remuneração (1951): preconiza a igualdade de remuneração e de benefícios entre homens e mulheres por trabalho de igual valor.

Convenção nº 182: Piores Formas de Trabalho Infantil (1999): defende a adoção de medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

V: E depois de fazer essa pesquisa inicial, o que vocês fazem?

R: Pois é, depois de reunir as informações, delimitamos um foco e pensamos numa maneira interativa, comunicativa, reflexiva de trabalhar com a temática, usando algum recurso lúdico para promover a discussão.

V: Agora estamos entendendo... as técnicas lúdicas servem para facilitar e dinamizar a comunicação e, ao invés de fazer uma palestra, vocês escolhem as atividades que vão incentivar o grupo a falar de si, daquilo que já

conhecem, daquilo que gostariam de saber. A informação entra para complementar a experiência dos participantes ou para ajustar alguma idéia distorcida, certo?

R: Certíssimo. É preciso lembrar que a gente sempre leva materiais suficientes que possibilitem algum grau de escolha do grupo sobre os aspectos a serem discutidos no tema. É como oferecer um “recorte de elementos que fazem parte da nossa sociedade e da nossa cultura” e sobre o qual fomentar o debate.

V: E como isto é organizado?

R: Nesta Roda que já citamos como exemplo, tivemos uma conversa inicial sobre trabalho. Em seguida, distribuimos o material com o qual iríamos fazer a discussão. Foi assim: para parte do grupo, distribuimos fichas com o número, o nome e a data das convenções estabelecidas pela OIT. Para a outra parte, distribuimos fichas com o resumo das definições das convenções. A tarefa do grupo era conversar entre si, encontrar os pares dos números das convenções e suas respectivas definições e, em seguida, formar um quadro com as devidas correspondências. Depois do quadro formado, todos puderam dizer o que sabiam ou não sobre o assunto e conversamos de maneira mais aprofundada sobre o trabalho infantil, pois esse foi o tema de maior interesse no grupo. Finalizamos a Roda de Conversa perguntando o que havia sido mais significativo no encontro para cada um dos participantes.

V: E qual foi a técnica lúdica utilizada?

R: Nesta Roda, a técnica foram justamente as fichas - como um material recortado, desconstruído, para ser organizado pelo grupo. Quando falamos em “lúdico” não quer dizer necessariamente fazer brincadeiras e provocar risos. É como um princípio utilizado: o lúdico nos ajuda a ver que o mundo com um olhar mais criativo e inovador. Quando a gente distribui as fichas e pede que o grupo encontre os pares e reorganize a informação, estamos sendo “lúdicos”. Então isto pode ser feito de várias maneiras: sugerindo formas de interação, com brincadeiras propriamente ditas, com desafios, quebra-cabeças, jogos de criatividade, etc..

V: E vocês fazem um planejamento, antes de se encontrar com o grupo para realizar a Roda?

R: Fazemos, sim. Aqui temos uma “folha de trabalho” que mostra como é o planejamento. Vamos explicá-la a vocês. Vejam. Essa folha foi pensada para ajudar a planejar e a desenvolver a Roda de Conversa. Mas nós sabemos muito bem que tudo o que é planejado muda um pouco quando vai à prática. Assim, é essencial ter uma postura flexível: quando a gente sabe o que é realmente importante trabalhar, pode ter jogo de cintura para fazer modificações no planejamento, de acordo com o próprio movimento do grupo, sem perder o “foco” da ação. Pode substituir uma atividade por outra, deixar de fazer ou inovar...

Iniciamos por um cabeçalho, que serve para identificar a Roda, quem coordena, data, horário e local e, mais importante, com quem será feita e que tema será abordado, como “tema gerador”. Os objetivos da Roda devem ser pensados em sua dupla articulação de ser ao mesmo tempo “trabalho de grupo” e “trabalho de reflexão com o tema”. Como trabalho de grupo, precisamos estar atentas para dinamizar a interação e a discussão no grupo. Como trabalho de reflexão precisamos estar atentas aos conteúdos abordados. É buscando articular essas duas dimensões que organizamos as técnicas e o tempo da Roda de Conversa. Dividimos a Roda em 3 momentos: preparação, trabalho e avaliação. Em cada um, podemos (mas isto não é nada obrigatório) usar técnicas lúdicas para facilitar o envolvimento do grupo e a discussão do tema.

FOLHA DE TRABALHO UTILIZADA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: _____				
Data: _____ Horário: _____ Local: _____				
Grupo (Tipo e número de participantes): _____				
Tema/Tarefa: _____				
			OBJETIVOS	
	Técnicas a utilizar	Tempo Estimado	Da dinâmica do grupo	Da reflexão do tema
P				
R				
E				
P				
A				
R				
R				
T				
R				
A				
B				
A				
L				
H				
A				
R				
A				
V				
A				
L				
I				
A				
R				

O momento de preparar tem duração variável e pode até ser de poucos minutos. Ainda assim, a sua importância é marcante! A preparação serve de acolhimento para os participantes, de sensibilização para o tema, de incentivo à interação e construção das condições para o diálogo.

O momento de trabalhar o tema principal ou o tema em questão. Busca-se conhecer o que o grupo pensa, introduzir elementos novos, estimular a reflexão. Para tal, pode-se dividir o grupo em subgrupos, fazer atividades coletivas, etc.. Sempre lembrando de juntar o grupo depois para fazer uma sistematização.

O momento de avaliar e compartilhar se refere à avaliação da produção do grupo e não dos indivíduos. Faz parte de um contínuo “ação-reflexão-ação” embutido na Roda de Conversa. Assim como foi necessário “criar um clima” inicial de trabalho, agora é preciso “fechar” o trabalho do grupo, em um movimento de sistematização, mas também de reconhecimento e legitimação daquela produção. Também não importa que esse momento seja breve - uma palavra, uma pequena síntese - como se o coordenador fosse, por um momento, o espelho do grupo, e lhe devolvesse uma imagem de si, imagem que possa guardar como “marca” de seu processo.

V: Engraçado! Isto está parecido com algum texto de vocês que nós já lemos...

R: É pode ter sido aquele texto nosso: Educação em Direitos Humanos: a construção de uma prática¹³. Vocês podem consultá-lo também.

V: E de que maneira vocês usam as técnicas?

R: As técnicas são usadas para dinamizar o processo do grupo: facilitam a comunicação, a associação entre aprendizagem e experiência, permite vivenciar situações dentro de regras combinadas, etc.. Entretanto, é preciso não abusar das técnicas. O tempo colocado para cada técnica e/ou atividade é apenas uma estimativa. É muito importante que não se torne uma “camisa de força”. O planejamento deve ser flexível, adaptando-se às necessidades do grupo no momento. Não obrigue o grupo, e nem os indivíduos, a fazer uma técnica que não desejam. Não seja rígido com o tempo, deixe que o grupo explore os significados de cada atividade e busque uma forma equilibrada de trabalhar. Adapte as técnicas aos seus objetivos e também às condições do momento.

V: Interessante! Aqui, há uma coluna especificando as técnicas. Por favor, expliquem mais.

R: Lembrem-se, que as técnicas servem para dinamizar o processo do grupo e não para “dar lição de moral”. Os coordenadores podem escolher uma técnica visando um objetivo... mas é o grupo quem “dá a palavra final”, ou seja, é ele quem vivencia e direciona a técnica para os seus objetivos. Assim, as técnicas são apenas meios. Pensem tanto em técnicas que dinamizem o

¹³ Este texto está incluído na presente publicação.

processo do grupo quanto naquelas que dinamizam a discussão. E, principalmente, jamais pretenda que uma técnica substitua a relação entre o grupo e a coordenação. E privilegie, nas Rodas de Conversa, técnicas que estimulem a cooperação. Isto porque trata-se de uma intervenção isolada quando não é possível dar continuidade ao trabalho com conflitos. Combinem com o grupo algumas regras básicas antes de iniciar a discussão.

V: Agora que vocês explicaram a folha de trabalho, poderiam nos dar mais exemplos?

R: Vejam. Preparamos para vocês relatórios sobre sete de nossas Rodas de Conversa¹⁴. Nelas, a gente usa a folha de trabalho e também descreve um pouco como foi o processo. Acho que a nossa proposta vai ficar mais clara nestes exemplos.

V: É, o que vocês fizeram foi mesmo diferente de apresentar as Convenções de uma maneira linear. Mas ficamos pensando... os participantes devem ter aproveitado de maneira diferente a Roda! Alguns devem ter guardado mais informações, outros menos. Alguns devem ter compreendido mais, outros menos... Como vocês lidam com isto?

R: Nas Rodas de Conversa, a aprendizagem e a reflexão não seguem uma linearidade como a dos conteúdos da escola formal. As Rodas abordam os “temas da vida” e para estes não existe essa linearidade. O fio da meada pode ser puxado a partir de qualquer parte do novelo. É um processo que começa das questões que a pessoa levantou ao viver a sua vida, enfrentar os seus medos, alegrias, certezas e incertezas. Então, o trabalho do grupo é útil para todos, mas cada qual produz à sua maneira. Por isso mesmo é que desenvolvemos o trabalho em grupo e aproveitamos muito das teorias sobre grupos para nos orientar.

V: Mas como é que não fica uma bagunça?

R: É porque temos um foco que vai ajudar, no desenvolvimento da Roda, a organizar de maneira mais sistemática aquilo que vai sendo produzido de maneira mais difusa.

V: Ah, o foco é como o xis da questão?

R: É... Digamos que é o “Q” da Questão (risos).

V: Aquilo que é ponto fundamental. E em torno dele vocês vão organizando as produções?

R: É... sempre com o grupo.

¹⁴ Texto incluído nesta publicação, com o título “Nossas Rodas”.

V: E se o grupo tiver pouca ou nenhuma educação formal? E se não souber os conceitos das teorias sobre os Direitos Humanos e de Cidadania? Isto atrapalha?

R: Poderia dificultar o estudo destas teorias. Entretanto, as Rodas de Conversa não visam a transmissão de um conhecimento no modelo da escola tradicional. A reflexão que se passa nas Rodas, justamente por ser estreitamente vinculada ao contexto de vida, pode se desenvolver na linguagem do cotidiano dos participantes. Não é preciso falar difícil. Não se trata de dar uma aula sobre conceitos. É em sua própria linguagem, com o seu vocabulário, que as pessoas iniciam um processo de reflexão. Bom, vamos acrescentar que este processo geralmente exige a busca de novos sentidos e novas palavras.

V: Como assim?

R: Nossa visão de mundo está construída na linguagem e, por isso mesmo, quando refletimos sobre a visão de mundo, acabamos por refletir sobre a linguagem... e vice-versa. Passamos a nos indagar porque utilizamos alguns termos e não outros. Por exemplo, porque dizer criança e não pivete. Ao criar novos sentidos, o grupo busca novas palavras ou muda a maneira de usá-las. A ampliação da linguagem é importante e desejável para se ampliar a visão dos Direitos Humanos. Nesse sentido, a reflexão se dá na linguagem do cotidiano, não deve depender de conceitos teóricos. Ressalvamos, entretanto, que estes conceitos podem ser trazidos para a Roda, de maneira integrada à discussão e que o grupo pode se apropriar deles de maneira muito produtiva. Aqui reencontramos a flexibilidade que caracteriza as Rodas.

V: Mas... e quando há muitas diferenças internas no grupo?

R: Como dissemos, os fatores que restringem a comunicação no grupo são de ordem social e institucional bem como pessoal e interpessoal. Embora as Rodas de Conversa possam colaborar na redução do constrangimento ao diálogo, não devem ser consideradas como uma solução mágica para acabar com todo e qualquer constrangimento, especialmente aqueles derivados das diferenças de poder efetivamente existente na relação entre os componentes do grupo. Dessa maneira, a presença conjunta no grupo de pessoas que têm posições muito diferentes nas relações sociais de poder – tais como patrões e empregados, adolescentes e professores, entre outros – cria, sim, algumas dificuldades específicas para o estabelecimento do diálogo. O manejo na Roda dessas dificuldades (que já estão previamente instituídas) é limitado. Ainda assim, as Rodas podem significar um momento de troca que, por sua vez, seja gerador de novas demandas no espaço social. Nas instituições, momentos de reflexão e troca podem ser válidos mesmo quando diferenças de poder introduzem limites ao diálogo, dependendo das condições acordadas que tornam esse diálogo possível. Reconhecemos que as Rodas não podem substituir tais acordos mas podem, sim, agregar esforços ao desenvolvimento da reflexão em dados contextos.

V: Pois é... Enquanto você explicava, fiquei pensando na conversa... as pessoas têm idéias muito diferentes sobre Direitos Humanos, às vezes discordam, outras vezes falam sem parar. E, nesses casos, o que eu devo fazer?

A coordenação das Rodas de Conversa

R: O papel do coordenador na Roda de Conversa não é do detentor da verdade, sua postura deve ser democrática, de fazer circular a palavra. É preciso sensibilizar os participantes para percepção de suas experiências no contexto social, ajudá-los a desconstruir preconceitos e estereótipos, bem como a reconstruir representações não apenas sobre Direitos Humanos, mas também sobre si mesmos, seus papéis, nas relações sociais. Deste modo, é preciso incentivar a participação de todos e estabelecer alguns limites, quando necessário. Cada grupo é único, por isso, é preciso ser sensível para compreender as dificuldades que surgem diante daquilo que o tema suscita, mobiliza, provoca. Minha sugestão é que você tenha uma postura acolhedora, mas saiba que o consenso e a harmonia nem sempre constituem uma garantia de que tudo esteja bem no grupo. Podem até significar, por exemplo, aceitação passiva da realidade, desinteresse, etc.. Lembre-se que as perspectivas diferentes, a problematização das experiências, o questionamento das realidades prontas e acabadas, tudo isso é o que irá promover a reflexão no grupo e ampliação dos horizontes, principalmente, na maneira perceber os Direitos Humanos. Paulo Freire já dizia que “não há inteligência que não seja também comunicação”. Por isso ensinar é dialógico. Não se trata de transferir, depositar ou doar, mas desafiar o educando a produzir sua comunicação do que vem sendo comunicado. O essencial nas relações entre educador e educando é o aprendizado da autonomia. O papel da autoridade democrática é incentivar a construção da autonomia que pressupõe responsabilidade e não mais dependência. A pedagogia que visa à autonomia deve estar centrada em experiências estimuladoras de decisão e responsabilidade, em experiências respeitadas de liberdade.

V: A gente concorda com esta teoria. No entanto, na prática, encontramos muitas situações confusas no grupo onde é difícil manter uma postura dialógica. Vocês poderiam nos falar mais sobre o papel da coordenação?

R: Ok. Vamos por partes. A postura de coordenação envolve **escuta**. Usamos a palavra **escutar** no sentido de prestar atenção a vários aspectos da comunicação que vêm associados à palavra falada: a sua carga afetiva, os seus múltiplos significados e aquilo que indica sobre a forma como o sujeito que fala compreende o mundo e a si mesmo. A escuta da coordenação no grupo precisa ser sensível às formas como a exclusão social impacta os sujeitos, inclusive na relação dentro do grupo, dificultando a sua participação, buscar apoiar esforços de compreender e elaborar, ajudar a abrir possibilidades para o diálogo.

V: E daí, se essa escuta for boa, a participação acontece?

R: Essa escuta é apenas parte da tarefa da coordenação. É preciso ter clareza sobre o foco da discussão para promover uma articulação entre aquilo que é falado no grupo e aquilo que é objeto de reflexão. Alguns coordenadores tem sensibilidade para ouvir os sentimentos dos participantes, mas debandam para uma postura excessivamente clínica, na qual pretendem fazer apenas uma catarse de sentimentos. Ora os sentimentos sozinhos não criam formas e instituições sociais. Para que se promova alguma forma de mudança junto aos sujeitos, é importante buscar conectar os seus sentimentos, vivências e relatos a uma reflexão e, se for o caso, a uma ação coletiva. Isto caracteriza a intervenção da coordenação em metodologias participativas para se trabalhar com questões sociais.

V: Para isso, a coordenação precisa estar atenta... Estamos aqui com uma nova dúvida: quem pode ser coordenador de uma Roda de Conversa?

R: As Rodas têm sido desenvolvidas por diversos agentes sociais na área dos Direitos Humanos, da psicologia social, da educação, da saúde, da assistência social, etc.. Não se trata de restringir a sua coordenação a uma dada formação profissional. As Rodas são, por natureza, um instrumento interdisciplinar. Contudo, é importante que as pessoas que se dedicam à condução de grupos, seja no formato das Rodas de Conversa ou em outros formatos, busquem se capacitar para esta atuação.

V: E por onde vocês acham que devemos começar? Podem nos indicar alguma coisa para ler?

R: Como dissemos, ao final deste diálogo, oferecemos uma bibliografia de referência. Por ela, vocês mesmos podem escolher por onde começar. Há textos que abordam aspectos mais práticos. Há textos de fundamentação teórica. Nós recomendamos que vocês não fiquem só na teoria e também não fiquem só na prática. É preciso caminhar passo a passo com as duas. Se vocês ficarem só na teoria, podem perder o pé sobre o que é realizar as Rodas de Conversa em nosso contexto social. Porém, se não buscarem fundamentar a ação, podem reduzir as Rodas a uma intervenção mecânica, restrita apenas àqueles que já são participativos ou, mesmo, esvaziada de sentido.

V: Vamos sair daqui hoje com vontade mesmo de estudar um pouco mais sobre as metodologias participativas e sobre a proposta das Rodas de Conversa. Quem sabe até começar a coordenar Rodas sobre Direitos Humanos! E... mas ainda dá aquele “friozinho na barriga”!

R: Reconhecer a ansiedade diante de uma proposta nova é o primeiro passo para superá-la. Mas vocês só vão descobrir que não é um bicho de sete cabeças, quando estiverem dispostos a “entrar na Roda, construir a Roda, inventar a Roda”. Experimentem!

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

PARA LER MAIS SOBRE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E GRUPOS

ABADE, Flávia et al. *Direitos Humanos nas Rodas de Conversa: uma estratégia de promoção de reflexão com sujeitos-cidadãos*. Texto apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Rio de Janeiro, Outubro/Novembro de 2007.

AFONSO, Maria Lúcia M. (Org.). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. (1ª edição pelas Edições do Campo Social, Belo Horizonte, 2000).

AFONSO, Maria Lúcia M. *Metodologia de trabalho - Intervenção psicossocial*. Revista Pensar BH (edição Criança Pequena), Nov 2002.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Cadernos de assistência social*. Núcleo de Apoio à Assistência Social (NUPASS), UFMG, Belo Horizonte, 2006. (Publicado em arquivo PDF).

BARRETO, José Carlos; org. *Aprender é viver - uma reflexão sobre o conhecimento*. Vereda - Centro de Estudos em Educação, São Paulo, 1996.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). *Conhecer e intervir. O desafio da metodologia da problematização*. Londrina: EDUEL, 2001.

CARDOSO, A.M.R. E PARANHOS, T.J.M. *A oficina pedagógica como dinâmica de grupo, trabalhando com o fio da memória: uma trama de histórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, fevereiro de 2002. Acesso: www.Universidade.edu/html/cursos/graduacao/download_ce/Pass_AnaOficinaPedagogica.pdf.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). *Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos*. 5a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CANDAU, Vera Maria (1999) - *Oficina Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos - Uma proposta de trabalho*. Texto incluído no item Oficina Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. Site da Rede Direitos Humanos e Cultura. Acessado em 01.09.2008. Texto original datado de 1999. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/dh/br/pb/oficinas_pb/part1.htm.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. (CENPEC). *Diálogo e Ação. Cadernos de Capacitação de Equipes dos programas PETI, Agente Jovem e Sentinela*. DF: SENAI, 2002.

FREIRE, Madalena; *Grupo indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. São Paulo; Espaço Pedagógico, 1994.

FREIRE, Paulo (1976). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários* (27ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

LÉVY, André. *A mudança, este obscuro objeto do desejo*. In MACHADO, Marília N. da M. et al. (orgs). Psicossociologia. Análise social e Intervenção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

LÉVY, André. *Intervenção como processo*. In MACHADO, Marília N. da M. et al. (orgs.). Psicossociologia. Análise social e Intervenção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

Nunes, H. de F. *O jogo RPG e a socialização do conhecimento*. Enc. BIBLI: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SERRÃO, Margarida e BOLEEIRO, Maria C. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: Editora FTD, 1999

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DE REFERÊNCIAS PARA TRABALHO SOCIAL, GRUPOS E RODAS DE CONVERSA

http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/dh/br/pb/oficinas_pb/index.html

(Site da Rede de Direitos Humanos)

<http://www.dhnet.org.br/dados/oficinas/edh/br/oficinas/index.html>

www.ecos.org.br (Site da ONG Educação Comunitária e Saúde)

www.cenpec.org.br (Site da ONG Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária)

Site do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe) - UFSCar e Unicamp.

PARA LER MAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ÁGERE COOPERAÇÃO EM ADVOCACY. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Paraná, 2006.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, 2006. (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006).

SCHIEFER, Uyára. Sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. *Doutrina*, n. 15, 2004 (revista editada pelo Instituto de Direito James Tubenclack, Rio de Janeiro).

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Gênese e principiologia dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos: o legado da Declaração Universal de 1948. *Revista Jurídica Cajamarca*. Presidente Prudente-SP, 2001.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005

REVISTA DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS da Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania, Secretaria de Políticas Sociais, Prefeitura de Belo Horizonte. 2006 e 2007.

PARA APROFUNDAMENTO TEÓRICO SOBRE OS TEMAS DO DIÁLOGO, DA INTERAÇÃO E DO RECONHECIMENTO ENTRE SUJEITOS SOCIAIS.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981, 2a. ed.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1995, 4a. ed..

CASTORIADIS, Cornelius. O estado do sujeito hoje. In *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992, p. 201-238.

FREIRE, Paulo (1977). *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (1994). *Pedagogia da esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Individualização através da socialização. Sobre a teoria da subjetividade em George H. Mead*. Em *Pensamento pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Tempo Brasileiro, 1990.

LEITE, Nina. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

SPINK, Mary Jane P. (org). *O Conhecimento no Cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense/ABRAPS0, 1993.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

REVISTAS DISPONÍVEIS EM BANCAS

Mente, Cérebro e Filosofia. Número 7. Formação do Indivíduo e Socialização. (Número dedicado a Jürgen Habermas e Axel Honneth). São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

Mente, Cérebro e Filosofia. Número 11. Presença do outro e interpretação. (Número dedicado a Paul Ricoeur e G. Gadamer). São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

NOSSAS RODAS

Exemplos de Trabalhos Desenvolvidos

PRIMEIRA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Adriana de Sá Souza e Letícia de Oliveira Marques, em maio de 2007. A Roda teve uma hora e meia de duração e contou com a participação de aproximadamente 30 profissionais da área da saúde, funcionários de uma maternidade de Belo Horizonte. A Roda aconteceu numa sala disponibilizada pela própria maternidade e o tema proposto para reflexão foi “Ciclos da vida e cidadania” (acompanhem o desenvolvimento da Roda também pela “folha de trabalho”).

Enquanto aguardávamos os participantes, aproveitamos para espalhar pelo chão diversas figuras retiradas de revistas. Quando todos já estavam presentes, uma psicóloga da instituição apresentou-nos ao grupo. Agradecemos e explicamos ao grupo a nossa proposta de trabalho. A seguir, pedimos a cada participante que escolhesse, dentre as figuras espalhadas, aquela que melhor o (a) representasse e a usasse para se apresentar, dizendo as razões de sua escolha.

Essa forma de apresentação facilita para o sujeito a expressão de aspectos subjetivos que ele(a) pensa ser importantes para o grupo. As imagens se colocam como uma linguagem através da qual os participantes podem se expressar, projetando sentidos e fazendo associações.

É importante, aqui, fazer uma distinção. Quando falamos em expressar aspectos subjetivos isto não quer dizer violar limites pessoais e sim facilitar a escolha daqueles aspectos que se quer compartilhar. Na Roda de Conversa, a expressão dos sujeitos no grupo não precisa significar a revelação de segredos, muito menos a invasão da intimidade dos participantes.

Em primeiro lugar, a questão da escolha deve ser sempre presente. Ou seja, as pessoas devem poder escolher o que dizer sobre si, sobre o que pensam, como agem, etc.. Em segundo lugar, mas não menos importante, a Roda de Conversa tem um foco que deve ajudar a organizar toda a matriz de comunicação do grupo. Assim, em uma Roda composta por profissionais da saúde onde a temática é os direitos nos diferentes ciclos da vida, as apresentações de cada sujeito tendem a girar em torno desse foco, dentro do contexto, mostrando aspectos do seu modo de ser que são, de alguma maneira e dentro da concepção dos participantes, correlacionados à questão a ser focalizada.

Assim, a Roda de Conversa se constitui em uma situação de diálogo entre sujeitos que têm uma história e uma singularidade. Não visa uma conversa estereotipada e impessoal. Mas também não é um grupo terapêutico. Não se pode exigir dos participantes que exponham mais do que julgam ser

pertinente para o estabelecimento DESTA diálogo em torno DESTA questão. A coordenação busca, sim, motivar a participação, sensibilizar e desafiar os participantes. São oferecidas novas informações, recursos simbólicos (como as imagens da revista, nesta Roda), formas de desafio ao imaginário e à criação. São criadas situações de interação e trazidas técnicas lúdicas. Mas tudo isto sempre deve respeitar o que os sujeitos colocam como seu desejo de participação e os seus limites.

Uma questão teórica interessante deve ser ressaltada aqui: (1) para se assumir como interlocutor válido no debate, os sujeitos precisam imprimir às suas idéias e experiências pelo menos um mínimo de validade, (2) para se colocar no debate como interlocutor válido, o sujeito precisa tentar transpor os seus entraves à comunicação e suas dificuldades relativas ao reconhecimento mútuo entre atores sociais, (3) para cooperar no debate, o sujeito precisa buscar esclarecer para si mesmo e para os outros os seus pontos de vista e posições ocupadas nas relações, (4) para compreender e interpretar o debate do qual participa, o sujeito precisa se abrir para a sua própria experiência e para a experiência do outro, deixando-se transportar pelo diálogo a posições que ele próprio ainda não conhece, ou seja, deve conseguir suportar um mínimo de transformação que o fato de participar deste diálogo lhe traz. Surpreendentemente, embora a Roda não tenha uma intencionalidade clínica, tem efeitos que poderíamos chamar de “clínicos”, isto é, de uma intervenção na direção de uma transformação.

Voltemos, então, ao relatório de nossa Roda. Feitas as apresentações, o grupo foi dividido em dois subgrupos que deveriam fazer uma colagem, construindo um cartaz com os direitos e deveres dos usuários da saúde em cada um dos ciclos da vida: infância e adolescência, idade adulta, terceira idade. Nessa tarefa, os subgrupos não recebiam qualquer informação, expressando livremente as informações e idéias que já possuíam sobre tais direitos e deveres.

Assim que terminaram de confeccionar o cartaz, iniciamos a apresentação e a discussão sobre o que tinham construído. A experiência dos profissionais de saúde tinha como foco a relação da mãe com seu filho, já que trabalhavam numa maternidade. O grupo discutiu o direito da mãe de tomar anestesia para realização do parto normal, mas também a necessidade de avaliação de cada caso, posto que em algumas situações (quando o trabalho de parto já teve início, por exemplo) a anestesia pode ser prejudicial ao bebê. Falaram também sobre o direito da mãe permanecer com a criança, da importância de informações sobre o aleitamento materno, como amamentar, etc.. Foi interessante perceber nessa Roda a discussão acerca da cidadania e sua relação com a subjetividade, ou seja, não se trata de falar de leis universais, mas de refletir, a partir delas, sobre a própria experiência.

Conversamos sobre a sua responsabilidade como profissional da saúde e como poderiam contribuir para que os usuários pudessem de fato ter acesso aos seus direitos e exercê-los e também como poderiam na relação face a face manter uma atitude de respeito ao usuário como um sujeito de direitos. O grupo também refletiu sobre suas próprias dificuldades, especialmente, relacionadas à condução de situações que consideram mais delicadas como a

internação de bebês na UTI ou o óbito de bebês e comentou sobre a importância do acompanhamento psicológico para auxiliá-los no trabalho e, principalmente, de espaços para discussão e reflexão.

O debate foi dinâmico e envolvente. Nossa anfitriã nos contou que, às vezes, os profissionais não ficavam até o final dos encontros de capacitação alegando sobrecarga de atividades. Naquele dia, todos ficaram até o último minuto e se declararam muito satisfeitos com a nossa discussão.

FOLHA DE TRABALHO DA PRIMEIRA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: Adriana de Sá Souza e Letícia Aparecida de Oliveira Marques Data: 16/05/07 Horário: 14:00-15:30 h Local: Maternidade, em Belo Horizonte Grupo (Tipo e número de participantes): Aproximadamente 30 profissionais da área da saúde. Tema/Tarefa: Ciclos de vida e Cidadania				
		OBJETIVOS		
	TÉCNICA	TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A R	Acolhimento e breve apresentação das coordenadoras e do nosso projeto.	10'	Promover a interação e o clima de trabalho no grupo. Conhecer um pouco sobre cada participante e seu trabalho no contexto em que se realiza a Roda.	Expor o que é a Roda de Conversa e objetivo proposto compactuando a discussão com o grupo.
	Cada participante escolhe uma imagem que o/a represente e diz as razões desta escolha, descrevendo assim algumas características próprias.	10'		Conhecer as expectativas de cada um e algumas características.
T R A B A L H A R	Dividir o grupo em dois subgrupos de aproximadamente 15 pessoas. Cada subgrupo deverá trabalhar a temática de direitos e deveres dos usuários da saúde nos diferentes ciclos da vida.	30'	Sensibilização para a temática. Reflexão	Relação entre Ciclo de vida e Cidadania: explorar aspectos como expectativa de vida, trabalho, vivência subjetiva do tempo, mudanças experimentadas, etc..
	Apresentação dos subgrupos em plenária e debate da temática.	30'		
A V A L I A R	Definir com uma palavra como foi o encontro.	10'	Avaliar e compartilhar.	Avaliar e refletir sobre o trabalho desenvolvido na Roda.

SEGUNDA RODA DE CONVERSA

Esta Roda de Conversa aconteceu em um equipamento da rede pública e foi desenvolvida com um grupo de idosos. A coordenação foi de Adriana de Sá Souza e Letícia Aparecida de Oliveira Marques e o tema, adaptado ao interesse do grupo, era “Envelhecimento e Cidadania”.

Iniciamos apresentando a Roda de Conversa, o tema proposto e as coordenadoras. Havia em torno de 35 idosos presentes. Fizemos uma ciranda com uma música que associava música, gestos e dança. A participação, nesse primeiro momento, foi variada. De qualquer forma, a atividade conseguiu provocar um clima de interação e prontidão para a discussão. Foram formados 5 subgrupos de aproximadamente oito pessoas. Cada subgrupo produziu um desenho ou uma representação sobre “o que é envelhecer em nossa sociedade”. As coordenadoras deram atenção aos subgrupos, suscitaram questões e buscaram motivar a participação de todos, com perguntas sobre o que cada um pensava sobre aspectos diferentes da terceira idade (como é para homens e para mulheres, se os idosos têm direitos, se estes direitos são respeitados, etc.). Muitos participantes falavam: “ah, eu não tinha pensado nisto ainda” ou “eu não via assim, antes, mas agora que ele está falando, eu estou começando a ver”, e assim por diante.

O ambiente onde a Roda foi realizada era invadido por muito barulho de fora. Quando os subgrupos apresentaram os seus trabalhos, as coordenadoras precisaram resumir, em voz mais alta, as conclusões obtidas. Houve um pouco de fragmentação na discussão quando alguns começaram a detalhar a sua experiência pessoal. Mas, logo depois, dois subgrupos fizeram a sua apresentação de forma mais centrada no assunto.

O grupo conversou sobre diversos aspectos físicos, psíquicos e sociais do envelhecimento, tais como as mudanças vividas na relação com amigos e com a família, a relação com netos, a viuvez, a maior liberdade para passear mas ao mesmo tempo as dificuldades de acesso, perdas e ganhos. Os participantes também comentaram sobre a sua percepção sobre o próprio envelhecimento e a forma como passam a ser tratados, ora com mais ora com menos respeito.

Essa conversa se deu de maneira reflexiva, com os participantes dando exemplos a partir de sua experiência e buscando compreender essa experiência. Porém, também se dava na forma de uma conversa livre, com os assuntos entrecruzados, os temas sendo abordados ora por uns ora por outros, sendo complementados e retomados. Ou seja, o diálogo em grupo seguiu uma estruturação livre, que o próprio grupo criou ao interagir e abordar o tema. Nesse sentido se aproximou mais de uma conversa entre amigos do que de uma reflexão orientada. É necessário enfatizar este aspecto para diferenciar uma Roda de Conversa de uma “aula” ou outra forma qualquer de reflexão sistemática. A sistematização ocorre, sim, por via das técnicas introduzidas e da intervenção que a coordenação faz.

Por exemplo, a coordenação enfatizava algumas falas que percebia como mais expressivas da experiência, ou com um conteúdo de reflexão mais acentuado. Além disso, buscava promover a interação entre os participantes, estimulando a troca de experiências, tecendo comentários sobre as

similaridades ou diferenças entre estas experiências, buscando estimular os participantes a completarem as suas histórias ou argumentos, quando estes eram apresentados de maneira fragmentada ou quando havia interrupções na seqüência do que estava sendo relatado, e assim por diante. Ou seja, a coordenação buscava refletir para o grupo a experiência e as falas que ele próprio produzia, estimulando os processos de narrativa (por exemplo, a organização da experiência quando é relatada para um outro) e de reflexão (por exemplo, a tentativa de compreender a experiência associando-a a sentidos de vida e à experiência de outras pessoas significativas em sua vida).

A coordenação buscava não assumir uma postura de quem avalia e julga o processo de reflexão do grupo como certo ou errado, mas ao mesmo tempo não se furtava a apresentar novos ângulos para o diálogo e a reflexão. Por exemplo, se um idoso dizia que “o envelhecimento nos deixa feios”, a coordenação não rebatia e muito menos “consertava” a observação. Mas poderia, por exemplo, dizer que a beleza tem muitas formas de expressão. Ou, ainda, dizer que a sociedade valoriza muito a aparência e dirige a nossa maneira de perceber o que é feio ou bonito. Isto é lançado ao grupo como uma provocação ao pensamento. Mas o grupo é que deverá se apropriar ou não do novo argumento, associando-o à sua experiência, tomando-o como esclarecedor ou não, tomando-o como gerador de novos sentidos ou não. A coordenação não avança este limite e não conclui para o grupo.

Porém, é preciso lembrar que existem fatores que podem facilitar ou dificultar esta relação mais aberta com o grupo. Por exemplo, quanto maior o número de participantes, mais é difícil motivar todos a participarem e lhes dedicar atenção. Isto pode ter como efeito uma dispersão da conversa no grupo que dificulta para os participantes perceberem o que foi produzido e, muitas vezes, traz um sentimento de frustração. Assim, nesta Roda, devido ao grande número de participantes, foi levado um texto para ser lido e comentado. Para ser utilizado nas Rodas, um texto deve ser curto (em torno de uma página), com linguagem simples e o mais aberto possível em relação ao argumento que apresenta. Não é um texto que apresente uma conclusão sobre o assunto mas um texto que estimule uma discussão sobre ele.

Para encerrar esta Roda de Conversa, aproveitamos um espelho que havia de fora a fora em uma das paredes da sala. Foi solicitado ao grupo que olhasse para o espelho e cantasse a música que o último subgrupo cantou ao se apresentar. Esta atividade não havia sido programada. Foi desenvolvida na hora, a partir do clima do grupo (que era de compartilhamento) e usando um recurso que ele próprio havia levado (a música cantada foi introduzida por um dos subgrupos). Houve adesão total à atividade, feita com alegria. Ao final, houve aplausos e abraços.

A Roda de Conversa tem uma estrutura de diálogo entre interlocutores igualmente válidos. Isto não impede de trazer informações e argumentos para o grupo desde que estas sejam colocadas “na Roda”, como expressões de uma outra maneira de ver e pensar que pode ampliar os horizontes da reflexão em desenvolvimento. Não é necessário concluir ou “fechar o horizonte” em uma opinião única.

FOLHA DE TRABALHO DA SEGUNDA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: Adriana de Sá Souza e Leticia Aparecida de Oliveira Marques Data: 01-06-07 Horário: 15:00 às 16:30 hs Local: Equipamento da rede pública Grupo (Tipo e número de participantes): Grupo de convivência para Idosos Tema/Tarefa: Envelhecimento e Cidadania				
		OBJETIVOS		
TÉCNICA		TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A R	Acolhimento e apresentação da proposta da Roda.	10'	Promover a interação e o clima de trabalho no grupo. Conhecer um pouco sobre cada participante e seu trabalho no contexto em que se realiza a Roda.	Expor o que é a Roda de Conversa e objetivo proposto compactuando a discussão com o grupo.
	Ciranda com música	10'		
T R A B A L H A R	Dividir em subgrupos. Cada qual deverá representar o que pensa sobre o “envelhecer”, através de uma encenação ou desenho construído pelo próprio grupo.	30'	Refletir, organizar esta reflexão em uma apresentação.	Refletir sobre a vivência da terceira idade no contexto social de hoje. Relacionar com os direitos humanos. São respeitados? Não são? Como? Gostariam de associar esta reflexão com a sua própria vivência?
	Em seguida, cada subgrupo apresenta a sua construção para os demais. Abre-se a discussão.	30'		
A V A L I A R	Leitura de um pequeno texto sobre ganhos e perdas do envelhecimento. Cantar música que um dos subgrupos trouxe.	10'	Compartilhar e avaliar o trabalho feito na Roda.	Sistematizar as idéias que foram abordadas na discussão.

TERCEIRA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Adriana de Sá Souza, Letícia de Oliveira Marques e Clarisse Leão Machado. Foi realizada com os jovens participantes de um programa social em equipamento público e abordou o tema “Trabalho, cidadania e direitos humanos”. Acompanhe o relato pela “folha de trabalho”.

Foi feita a apresentação inicial da Roda de Conversa e das coordenadoras. Em seguida, o grupo fez a sua apresentação: cada um dizia seu nome e uma característica pessoal, o próximo repetia o nome e a característica do colega e dizia o seu próprio nome e sua característica, e assim por diante até todos terem falado.

A seguir, o grupo se dividiu em dois subgrupos, cada qual tendo como tarefa a discussão do projeto de uma casa, podendo tomar notas e fazer o respectivo desenho. Para ajudar na tarefa, foram levantadas com cada subgrupo algumas questões: o que seria necessário para construir uma casa, como seria a casa (tipo e número de cômodos, tamanho, etc.), o que se deve fazer quando se vai construir uma casa, quais profissionais são necessários, como seria a aparência da casa, etc..

Durante a construção do projeto, cada coordenadora acompanhou um subgrupo. O que importava, na situação, não era a forma que o projeto da casa tomava, mas sim a conversa que era desenvolvida e que conotava e denotava diversos valores, idéias, ideais, presentes no grupo. Assim, a coordenadora pode conversar com os jovens sobre seus projetos. O grupo levantou diversos fatores associados à construção de uma casa, tais como: a necessidade de conhecimentos diversos, planejamento, condições financeiras, materiais de construção, mão de obra profissional, projetos pessoais das pessoas que vão morar na casa, etc..

Logo após, os subgrupos se reuniram e explicaram os seus projetos um para o outro. Este era também um momento em que idéias e ideais se explicitavam e que se podia buscar articulá-los com informações sobre o mundo do trabalho e sobre direitos de cidadania. Tomamos como referência o texto publicado no site do Ministério do Trabalho e Emprego¹⁵, incentivávamos os jovens a pensarem em outros valores importantes para o mundo do trabalho como autogestão, cooperação e solidariedade.

Procuramos embasar a discussão que acontecia no contexto de vida e de formação dos participantes. Ao mesmo tempo em que eles traziam as suas preocupações, projetos e sonhos, oferecemos informações sobre o mundo do trabalho, direitos e possibilidades, sempre referenciando-nos em dados e pesquisas existentes. Ao final, foi feito o entrelaçamento das idéias surgidas e uma síntese da discussão, contribuindo assim para que os jovens pudessem pensar melhor sobre o seu projeto de vida.

Entretanto, esta Roda nos chama a atenção para alguns aspectos muito relevantes no processo de reflexão desenvolvido pelos participantes.

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a Roda nunca esgota a discussão de um tema, uma vez que este é referido às questões e dilemas da vida. Estas questões não apenas não se esgotam em sua profundidade como também apresentam, ao longo do tempo, um contínuo tecer e desmanchar o

¹⁵ www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp

tecido, ou seja, são questões recorrentes, que estão sempre sendo propostas novamente diante de novos desafios, questões que se desdobram em outras, que se transformam em natureza e conteúdo. Este é justamente o caso do que chamamos de “projeto de vida” junto aos adolescentes. É ingênuo supor que de uma ou algumas discussões um jovem vá cunhar o seu projeto de vida que não mudará nunca, em nenhuma fase da sua vida, ou diante das diversas circunstâncias e condições concretas que ainda vai enfrentar. O que fazemos não é definir este projeto mas ajudar o(a) jovem a se conhecer melhor e a refletir melhor sobre alguns fatores que vão influenciá-lo, pressioná-lo ou mesmo encantá-lo na hora de fazer suas escolhas para a vida.

Em segundo lugar, mas não menos importante, é preciso considerar que alguns temas são difíceis de engatar porque provocam nos sujeitos sentimentos confusos ou mistos. Por exemplo, discutir projeto de vida com jovens que vivenciam situações diversas de exclusão é um delicado desafio. Sentem-se angustiados diante da distância entre o que desejam e o que alcançam. Sentem-se pressionados a vencer tarefas difíceis para conseguir resultados simples. Sentem-se desconfiados e ridículos ao se proporem objetivos que, em uma análise sociológica, são árduos diante das suas condições sociais. Ou, pior ainda, internalizaram a ideologia que associa a condição social da pobreza à incapacidade das pessoas pobres de realizar ações relevantes e vencer na vida. Nessas circunstâncias é preciso recuperar a sua capacidade de se propor objetivos, de se atribuir um valor positivo, não apenas de desenvolvimento de auto-estima, mas também de se ver incluído no valor da dignidade humana. Esta é uma condição básica para que o sujeito se veja como interlocutor válido em um processo de comunicação onde ele pode se reconhecer como sujeito de direitos e de desejos, como cidadão com responsabilidades e com demandas.

Da parte da coordenação, então, é necessário respeitar o ritmo do sujeito ao mesmo tempo em que se mantém o incentivo à participação. Diante de questões que o angustiam, o sujeito pode caminhar de maneira mais lenta ou mais confusa. A reflexão não é uma tarefa simples nesses casos e precisa de um tempo subjetivo, um tempo do sujeito que pode ser diferente do tempo que a coordenação imagina ser possível desenvolver uma reflexão. Isto se dá tanto para os indivíduos quanto para o grupo. Muitas vezes o ganho maior não será o conteúdo mas ver-se incluído no debate.

A capacidade de pensar um projeto de vida precisa partir da capacidade de projetar-se em um futuro, de conhecer os próprios desejos, de avaliar as possibilidades existentes, de avaliar a possibilidade de abrir novas oportunidades, de acreditar em sua capacidade de enfrentar desafios. O reconhecimento de si mesmo como sujeito que pode enfrentar sua situação de vida está estreitamente relacionado ao reconhecimento do outro como parceiro (existência de vínculos) que, por sua vez, o reconhece em sua humanidade. O diálogo é um terreno para que estes vínculos se estabeleçam, tendo a linguagem como cenário, instrumento e estratégia de interação. Certamente, os vínculos também terão que ser vividos em uma prática social para que não haja um esvaziamento de sentidos, mas isto é algo a ser conquistado fora das Rodas de Conversa.

FOLHA DE TRABALHO DA TERCEIRA RODA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: Adriana de Sá Souza, Leticia A. de Oliveira Marques e Clarisse Leão Machado				
Data: 13/07/2007				
Horário: 14:00-16:00 hs				
Local: Programa social em equipamento público.				
Grupo (Tipo e número de participantes): 12 jovens entre 18 e 24 anos participantes do programa de geração de renda				
Tema/Tarefa: Trabalho, cidadania e direitos humanos.				
		OBJETIVOS		
	TÉCNICA	TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A R	Acolhimento e apresentação da Roda de Conversa. Em círculo, pedir a cada um para dizer o seu nome e uma qualidade pessoal. A próxima pessoa diz o nome e a característica do colega e em seguida o seu próprio nome e característica. E assim sucessivamente.	10' 10'	Interação e conhecimento mútuo.	Sensibilizar para a discussão do tema.
T R A B A L H A R	Foram formados dois subgrupos. Cada um teve por tarefa de pensar nas etapas envolvidas na construção de uma casa. A partir desse projeto, incentivamos o grupo a fazer uma analogia com seus projetos de vida. Apresentação dos projetos feitos, refletir sobre o projeto de vida, a relação com os acessos, a formação e a realização neste "mundo do trabalho". Discutir a questão do trabalho como direito de cidadania.	40' 40'	Interação, comunicação e cooperação na realização de uma tarefa.	A casa projetada reflete nossos desejos, parte de um "projeto de vida" ao mesmo tempo em que exige considerar fatores objetivos como custos, espaço, etc.. Compartilhar no grupo possibilita o reconhecimento mútuo. A relação entre projetos de vida e o mundo do trabalho é conversada e a questão do trabalho como direito de cidadania (acessos, participação, etc.) é discutida.
A V A L I A R	Informação sobre programas sociais e levantamento daqueles que o grupo já conhece e dos quais desejaria participar. Discutir sobre onde buscar mais informações.	20'	Sistematizar a produção do grupo no dia. Avaliar, compartilhar.	Sistematizar informações relevantes para o grupo e reflexões feitas.

QUARTA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Adriana de Sá Souza, Letícia Aparecida de Oliveira Marques. Foi realizada com os jovens participantes de um programa de um curso profissionalizante em uma organização não-governamental e abordou o tema “Trabalho, cidadania e direitos humanos”. Acompanhe o relato também pela “folha de trabalho”.

A Roda foi inicialmente planejada para um grupo de costureiras e, por isso, a técnica pensada foi a estruturação de um negócio comercial. Nosso planejamento, contudo, é flexível e permitiu que naquele momento “reinventássemos a roda”.

Iniciamos, como sempre, com o acolhimento dos participantes, a apresentação da Roda de Conversa e das coordenadoras. Pedimos a cada um, então, que dissesse o seu nome e o que esperava do seu curso profissionalizante. A seguir, como uma atividade de sensibilização, foi feita a leitura de uma fábula (A assembléia dos ratos) onde um grupo de ratos se organiza para enfrentar um problema em comum: o gato. É importante mencionar que, durante a Roda de Conversa, os computadores permaneceram ligados e era possível para os jovens escolher entre operar os computadores ou participar da Roda. Assim, procuramos dar um foco mais definido no início da discussão para despertar a curiosidade dos jovens e a partir daí criar um ambiente de diálogo. Pedimos para que os jovens se dividissem em dois subgrupos e construíssem uma proposta de apresentação para um trabalho em áreas nas quais tivessem interesse de atuar. Para ajudar no debate, cada coordenadora acompanhou um subgrupo, de maneira discreta e sem tomar a liderança da discussão. Trazia mais questões do que soluções como: quem são vocês? Quais são as experiências anteriores de vocês? Quais funções gostariam de desempenhar? Trabalhariam em equipe ou não? Quais informações devem ser colocadas no currículo? Como isto se relaciona com direitos de participação, com direitos no trabalho e com cidadania? Os participantes deveriam anotar a maior dificuldade e a maior facilidade que iriam enfrentar diante do mundo do trabalho.

Logo após, os subgrupos se reuniram e compartilharam suas produções. As anotações foram recolhidas e redistribuídas entre eles. Assim, cada grupo leu uma dificuldade apontada pelo outro e propôs uma solução. Ao fazer isto, o participante dizia: Se fosse eu, faria o seguinte... e dava uma sugestão. As facilidades apontadas eram lidas também mas desta vez colocando-as em dúvida. Assim, o participante que iria comentá-la devia dizer: Duvido que isto seja fácil, porque... e acrescentar uma razão. A coordenação fazia pequenas intervenções, no sentido de informar, esclarecer, ajudar a sistematizar um raciocínio, perguntar no sentido de ajudar a aprofundar uma fala do grupo, construir pontes entre os argumentos que eram apresentados, e assim por diante.

Assim, através da sistemática de busca de novas respostas para as dificuldades e problematização do que se acreditava ser fácil, a Roda imprimiu uma maior densidade à discussão. Justamente por isto, foi possível articular as idéias dos participantes a um questionamento das condições sociais para o desenvolvimento dos negócios e jogar luz sobre vários

aspectos das relações existentes entre trabalho, direitos e cidadania, tais como a existência de algumas leis que regulam as relações de trabalho, os direitos do trabalhador, a importância do trabalho para a nossa identidade na sociedade, as possibilidades de formas cooperativas no mundo do trabalho, e outros.

A forma de organizar o debate também propiciou uma grande interação entre os participantes que ficavam curiosos para saber o que cada um iria sugerir ou contrapor aos argumentos apresentados. Esta forma também propiciou a participação uma vez que todos receberam as anotações para serem comentadas. Essa maneira de facilitar a participação é interessante porque evita que a palavra seja monopolizada apenas por aqueles que são mais fluentes e expressivos, mas garante também aos mais tímidos um momento de se colocarem. Por outro lado, não força a participação deixando ao jovem a possibilidade de dar idéias ou simplesmente dizer que não saberia também o que fazer e... passar a palavra adiante.

Nesse sentido, é importante assinalar que as técnicas de interação e discussão no grupo devem buscar garantir a participação de todos e incentivar formas cooperativas de trabalho. Isto não quer dizer que os conflitos e as formas competitivas deixarão de existir. Isto quer dizer que, uma vez colocadas as regras para o debate, estas regras podem facilitar a atuação cooperativa ou, pelo contrário, a competitiva. Quando a competição é vivida dentro de regras acordadas no grupo e quando os conflitos podem ser expressos dentro de um diálogo democrático, há mais espaço para que as soluções encontradas possam contribuir para o respeito interno ao grupo e para a abertura da reflexão sobre as questões enfocadas.

Ao final do debate, foi feita uma técnica de avaliação: a coordenação dizia frases que abordavam aspectos variados da Roda de Conversa realizada, tais como a sua duração, as atividades realizadas, a fábula, a maneira das coordenadoras trabalharem com o grupo, entre outras. A cada frase, para expressar sua avaliação positiva os jovens davam um passo à frente. Se a avaliação fosse negativa, davam um passo atrás. Ao final, se o nível de satisfação fosse grande no grupo, todos estariam em um círculo bem próximo. Se fosse pequena, o círculo estaria bem espalhado, e as pessoas distantes.

Assim, é importante relatar que todos estavam muito próximos em um círculo pequeno, ao final desta Roda; que todos os jovens presentes participaram durante todo o tempo da discussão e que os computadores ficaram parados nesta tarde!

FOLHA DE TRABALHO DA QUARTA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: Adriana de Sá Souza e Leticia Aparecida de Oliveira Marques Data: 25/10/07 Horário: 14:30 às 16:00 hs Local: Organização não-governamental Grupo (Tipo e número de participantes): Jovens de 16 a 24 anos em um curso profissionalizante. Tema/Tarefa: Trabalho e cidadania.				
		OBJETIVOS		
	TÉCNICA	TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
PR EP AR AR	Acolhimento dos participantes e apresentação da Roda de Conversa e das coordenadoras. Apresentação dos participantes e do que esperam do seu curso profissionalizante. Leitura da fábula "A assembléia dos ratos", onde um grupo de ratos se organiza para enfrentar um problema em comum: o gato.	15' 05'	Interação e clima de diálogo	Sensibilizar para a discussão do dia.
T R A B A L H A R	Em subgrupos, cada qual elabora a apresentação pessoal para assumir um trabalho. Cada participante escreve sua maior dificuldade e facilidade. Após, compartilham suas produções. Os papéis são recolhidos e redistribuídos. Cada um lê uma dificuldade apontada e propõe uma solução (então, eu faria o seguinte...) e uma facilidade, argumentando (duvido, porque...). São enfatizados aspectos entre trabalho, direitos e cidadania.	30' 30'	Interação, cooperação, Aprendizagem mútua. Reflexão sobre trabalho, direitos e cidadania.	Como isto se relaciona com direitos de participação, com direitos no trabalho e com cidadania? Busca sistematizar as idéias do grupo e as reflexões feitas.
A V A L I A R	A coordenação apresenta vários aspectos da Roda realizada (duração, atividades, fábula, etc..) e as pessoas expressam se gostaram dando um passo à frente (gostaram) e um passo atrás (não gostaram).	10'	Avaliar e compartilhar.	Avaliar

QUINTA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Lúcia Afonso e realizada com educadores de creches e escolas de uma região atendida pela ONG solicitante. O tema era a relação entre as creches e escolas e as famílias visando o cuidado com as crianças atendidas. Acompanhe o relato também pela “folha de trabalho”.

Havia em torno de 15 educadores presentes. Iniciamos pelas apresentações da proposta da Roda de Conversa e das coordenadoras. Em seguida, passamos à apresentação do grupo. Esta foi feita através de uma técnica adaptada para a ocasião: dizer o seu nome, se era educador em creche ou em escola e nos contar alguma lembrança sobre a sua primeira professora ou suas primeiras experiências escolares.

Esta pequena adaptação se revelou muito motivadora. Usualmente, é pedido que as pessoas digam o seu nome e a razão de estar participando da Roda, expectativas e coisas afins. Desta vez, acrescentamos o compartilhamento de uma lembrança que era muito vinculada ao tema que iríamos discutir. Ou seja, possibilitava às pessoas a articulação entre o trabalho na Roda e a sua própria experiência. A associação desta lembrança com um FOCO de discussão também delimitava a natureza da Roda de Conversa, dirigindo-a a uma produção coletiva e a conversa não deve ficar limitada as reminiscências pessoais. Estas lembranças sensibilizam e constroem uma ponte para articular a experiência social como educandos, vivida pelos sujeitos que hoje são educadores, com as reflexões que estes mesmos educadores fazem sobre a experiência social daqueles que, hoje, são os seus educandos.

Foi exatamente isto que aconteceu nesta Roda. As lembranças foram, de uma maneira geral, positivas, evocando o acolhimento e o incentivo recebido, e que inclusive influenciam hoje na sua maneira de exercer o papel de educador. Mesmo professoras consideradas bravas foram descritas em seus momentos de ternura ou incentivo ao aluno. Obviamente, nunca poderemos saber se as lembranças evocadas poderiam ser constatadas na realidade vivida pelos educandos quando crianças. Mas certamente estas lembranças nos falam de uma maneira de valorizar pessoas e vivências do passado que hoje constituem um ideal, no caso um ideal de educador, para aqueles que se propõem ao trabalho da memória. É isto que buscamos na Roda, as referências que os próprios sujeitos constroem para organizar, significar e avaliar suas experiências, permitindo então que reflitam sobre tais referências que os constituem.

Neste momento, então, na Roda, chamamos a atenção para a importância destas primeiras experiências e do papel dos educadores na vida das crianças, buscando compreender os ideais presentes e as formas como as pessoas sentiam que correspondiam ou não a eles, inclusive considerando fatores contextuais e pessoais. Pedimos ao grupo que se subdividisse em grupos de 4 a 5 pessoas e lhes entregamos uma folha de trabalho com as seguintes questões: (1) o que a criança aprende na creche e na escola, (2) como ela tem sido cuidada na creche e na escola, (3) o que a criança aprende na família (na visão dos educadores), (4) como ela tem sido cuidada

na família (na visão dos educadores) e (5) como a família e a creche/escola poderiam melhorar o seu diálogo, aprender uma com a outra e assim colaborar para o melhor cuidado com a criança.

Muito foi falado também sobre as mudanças ocorridas na escola ontem e hoje, destacando-se os contextos atuais que sublinham os direitos mas contribuem pouco para uma relação mais próxima entre educador e educando. Nos contextos sociais antigos havia maior proximidade com os educandos e suas famílias. Os participantes da Roda consideraram ser positiva a mudança na perspectiva dos direitos, mas que seria necessário resgatar as possibilidades de interação entre famílias, educandos, escolas, creches e educadores. Isto porque a promoção dos direitos das crianças, no dia a dia das instituições, depende também dessa relação mais próxima e aberta entre educadores e educandos. O mesmo se dá com a necessidade de estreitar as relações com as famílias não apenas no intuito de orientá-las, mas também de escutá-las e compreendê-las dentro de seu contexto, abrindo espaço para as suas contribuições. Comentou-se também a importância da escola para identificar situações de violações de direitos das crianças e para agir de maneira articulada com a rede de serviços buscando a proteção da criança. Ao final, sintetizamos junto com o grupo o trabalho do dia e fizemos uma técnica de avaliação. Havíamos planejado pedir a cada um que dissesse a metade de uma palavra que avaliasse a Roda e o resto do grupo buscaria adivinhar o restante da palavra. Por exemplo: inte - ressante! Assim, a avaliação teria também um caráter lúdico, o que era apropriado ao nosso clima de trabalho no dia. Porém, o tempo era pequeno e optamos por dizer a palavra inteira, em círculo, compartilhando e finalizando nossa Roda.

Uma característica interessante desta Roda foi a forma tranquila como se desenvolveu, sendo muito produtiva mas sem a emergência de conflitos ou grandes divergências. Houve algumas diferenças ao se avaliar a ação da família hoje - alguns educadores fizeram críticas às famílias - mas todos concordaram sobre a importância de se estreitar o diálogo família-creche-escola, buscando superar dificuldades de parte a parte.

FOLHA DE TRABALHO DA QUINTA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA.				
Coordenação: Lúcia Afonso Data: 13/08/07 Horário: 15:30-17:00 hs Local: Organização Não-Governamental Grupo (Tipo e número de participantes): Educadores de escolas e creches Tema/Tarefa: Relação família-escola/creche e a criança como sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento				
		OBJETIVOS		
	TÉCNICA	TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A R	“Minha primeira professora” (Compartilhar lembranças de como era a sua primeira professora, ou as primeiras experiências escolares)	15´	Promover interação no grupo.	Sensibilizar para o tema da conversa. Pelas memórias, levantar elementos para a reflexão: como os educadores vivenciaram e como hoje as crianças vivenciam a escola? A escola “ontem” e “hoje”.
T R A B A L H A R	Subgrupos recebem uma folha com questões reflexivas sobre (1) aprendizagem e cuidado com a criança na família e na escola e (2) colaboração entre famílias, creches e escolas para o cuidado e os direitos das crianças. Depois, compartilham. Refletir.	30´ 30´	Estimular que as educadoras expressem as suas percepções e opiniões. Promover a interação no grupo e as trocas de idéias. Reflexão sobre a questão em pauta.	Refletir, iniciando por dois eixos da relação creche/escola-família: como percebem, o que sentem, o que observam, o que gostariam que fosse realizado? A partir das idéias colocadas, trazer informações e reflexões sobre a criança como sujeito de direitos e como pessoa em desenvolvimento.
A V A L I A R	“Uma palavra”, ou se houver tempo, uma variação desta: “Para bom entendedor, meia palavra basta.”.	15´	Avaliar a Roda de Conversa, levantando aspectos que foram positivos e negativos.	Compartilhar impressões sobre o trabalho feito. Sistematizar. Avaliar.

SEXTA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Dalcira Pereira Ferrão e Michele Costa e foi realizada com adultos participantes de um curso para casais de uma Igreja Católica. Havia cerca de 20 pessoas presentes e o tema escolhido foi “Direitos Humanos, violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha” (que coíbe e pune a violência contra a mulher). Acompanhe o relato também pela “folha de trabalho”.

A Roda foi iniciada com o momento de acolhida dos participantes, apresentação da nossa proposta e das coordenadoras. Nesse momento, também foi pedido a cada um dos presentes que se apresentasse dizendo o seu nome. O objetivo era o de promover, pelo menos de forma inicial, a interação entre os participantes e um clima de diálogo.

Em seguida, desenvolvemos uma atividade de sensibilização. Isto porque o tema da “violência contra a mulher” e a Lei Maria da Penha são controversos e mobilizam muitos sentimentos conflituosos. Como não conhecíamos o grupo, e portanto não conhecíamos a experiência dos presentes, resolvemos tratar o assunto com delicadeza e ver quais eram as questões e os limites que o próprio grupo trazia.

Entregamos folhas em branco e material para desenho. Mostramos em uma ficha a palavra “família” e pedimos a todos que, nos próximos 10 minutos, fizessem um desenho associando imagens com esta palavra (associação livre através de imagens). Em seguida, todos apresentaram os seus desenhos e falaram dos temas evocados: violência contra a mulher, diferenças entre jovens e adultos, educação de filhos, diferenças do tempo atual e dos “tempos antigos,” homossexualidade, preconceito...

A atividade, que em nossa programação inicial deveria durar 20 minutos e servir apenas como sensibilização, tomou um vulto maior. Durou em torno de 40 minutos, pois muitas opiniões surgiram contrastando a família do ponto de vista tradicional, principalmente baseado em uma visão religiosa, e o questionamento desses valores tradicionais. É importante notar que a Roda de Conversa precisa desta flexibilidade na programação para acompanhar o movimento que o grupo faz durante a Roda.

Nesse momento, as coordenadoras buscaram refletir e sistematizar o que era dito, acrescentar pontos de vista diferentes, promover a discussão entre estes pontos de vista, sempre respeitando a abertura que o grupo apresentava - e ia ampliando - para este desafio. Assim, embora todos os participantes se pronunciassem contra a violência familiar, alguns não concordavam com a necessidade da Lei Maria da Penha, deixando à moral e à religião a tarefa de colocar limites à violência. Em vez de tentar “consertar” as opiniões dos presentes, a coordenação da Roda de Conversa deve se preocupar em esclarecer os aspectos dessas opiniões, motivar o grupo a compará-las e a avaliar a sua pertinência no seu contexto de vida, etc.. Ou seja, a nossa função era mostrar as diferentes opiniões que existiam em torno da questão, em nosso contexto, abrindo a possibilidade do diálogo entre elas.

Esta foi, então, uma boa ocasião para fazer observações sobre a importância das leis na sociedade e questionar até que ponto a promoção dos direitos

humanos (no caso, com o combate à violência contra a mulher) pode ser deixado a cargo das consciências individuais, se precisa das leis, etc..

No que diz respeito à metodologia das Rodas de Conversa, é interessante notar que poderíamos não realizar a nossa programação inicial caso esta discussão se desenvolvesse e se aprofundasse. Mas embora o assunto não fosse totalmente novo (uma vez que aparece no nosso cotidiano) o fato de discuti-lo daquela maneira era novo. A profusão de temas e a ansiedade em buscar respostas cumpriam a necessidade de sensibilizar para a discussão mas não podiam ser deixadas sem um rumo. Isto pode ser percebido no grupo quando há muita repetição de argumentos, cristalizados em torno de pontos de vista rígidos, quando as pessoas não se escutam, falando ao mesmo tempo e disputando a razão em vez de dialogar. Ou seja, quando a ansiedade para afirmar um ponto de vista é tão grande que a discussão não encontra espaço.

Assim, prosseguimos em nossa programação. O vídeo “Acorda Raimundo” traz um enredo bem humorado e que permite diferentes interpretações. Com ele, pretendíamos oferecer uma forma de compreender as relações de poder e de divisão de trabalho no casal. Porém, sem fechar o assunto. O vídeo possibilitou organizar o potencial que fora levantado no momento da sensibilização. Obviamente, ao fazê-lo, imprimia um foco à discussão. Ou seja, dos vários assuntos levantados, o que dizia respeito à relação do casal foi privilegiado, estabelecendo uma ponte para o tema posterior que seria justamente o da Lei Maria da Penha.

Note-se, então, que quando o último tema foi abordado, o grupo já havia mobilizado diversas questões em torno da família, da relação do casal, de suas opiniões sobre a lei, etc.. Assim, para desenvolver o tema da Lei Maria da Penha, começamos por uma exposição breve do conteúdo da lei. Cartazes com estes conteúdos foram também afixados na sala para facilitar o acompanhamento da nossa exposição. Distribuimos também o texto da Lei Maria da Penha. A discussão que se seguiu foi breve em função do horário que já estava acabando – considerando também que a oficina foi realizada à noite. Mas as pessoas se mostraram satisfeitas por terem iniciado aquela discussão e por terem se informado sobre o que é a Lei Maria da Penha, sobre a qual só haviam tido antes informações fragmentadas. Principalmente por estarem tendo acesso ao texto da lei, após a discussão daquela noite.

Consideramos, então, que a Roda cumpriu a sua missão. É importante assinalar que, em se tratando de questões que são tão abrangentes – como os direitos humanos – e tão estreitamente ligadas à vida das pessoas, o assunto nunca acaba... mas caminha na direção de novos horizontes!

FOLHA DE TRABALHO DA SEXTA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação: Dalcira Ferrão e Michele Costa				
Data: 20/06/07				
Horário: 19:00 às 21:00 hs				
Local: Salão paroquial de uma Igreja Católica				
Grupo (Tipo e número de participantes): Participantes de um curso para casais em Igreja				
Tema/Tarefa: Direitos humanos, violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha				
			OBJETIVOS	
	TÉCNICA	TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A R	Acolhimento e apresentação da Roda de Conversa, das coordenadoras e dos participantes. Após as apresentações, fazer uma associação livre, através de um desenho, com a palavra "Família". Compartilhar e conversar.	10' 40'	Interação no grupo, promover clima de trabalho.	Sensibilizar para o tema da conversa.
T R A B A L H A R	Apresentação do vídeo "Acorda Raimundo", que aborda a divisão tradicional de trabalho e poder na relação de casal. Conversar: Gostaram do vídeo? Por que? É parecido com a sua realidade? etc. Apresentar cartazes com trechos e informações sobre a Lei Maria da Penha, sua história, definição de violência e outros conteúdos. Associar o combate à violência com a promoção dos Direitos Humanos. Distribuir material e discutir.	30' 30'	Sensibilizar de maneira lúdica para a questão da violência contra a mulher e dos direitos humanos. Interação. Buscar conhecer opiniões dos participantes sobre os direitos da mulher. Facilitar a expressão dessas opiniões antes de introduzir um conteúdo de autoridade como o de uma Lei. Informar. Refletir. Sistematizar.	Problematizar a questão da relação de gênero, as formas de violência e os direitos humanos. Promover a interação no grupo e a troca de idéias. Refletir. Informar sobre a lei, os tipos de violência. Facilitar o reconhecimento dessa violência. Debater e associar o combate à violência contra a mulher com a promoção dos direitos humanos.
A V A L I A R	Pedir a cada participante que diga uma palavra que expresse a sua opinião ou sentimento sobre a discussão acontecida na Roda de Conversa.	10'	Compartilhar impressões sobre o trabalho feito. Avaliar a Roda de Conversa, levantando aspectos positivos e negativos.	Sistematizar. Avaliar.

SÉTIMA RODA DE CONVERSA

Esta Roda foi coordenada por Lúcia Afonso e Clarisse Leão Machado. Foi realizada com aproximadamente 30 técnicos de um programa público estadual, abordando o tema Direitos Humanos e Cidadania.

Iniciamos com a apresentação da Roda, das coordenadoras e, a seguir, de cada participante, que dizia seu nome, seu programa e sua função no programa. À medida que se apresentavam, cada um recebia uma ficha grande com uma palavra que seria utilizada na atividade seguinte. As palavras expressavam direitos diversos e valores que lhes são associados, mas também podiam ser relacionadas a direitos que são objeto de reivindicação social mas não foram ainda estabelecidos por lei. Nenhuma explicação foi dada neste momento. Apenas queríamos sensibilizar e motivar os participantes para a discussão a partir da sua curiosidade sobre a ficha que recebia.

Cada Roda tem as suas particularidades a serem levadas em consideração pela coordenação. Nesta, precisávamos estar atentas para o fato de ser integrada por técnicos de nível superior (psicólogos, advogados, assistentes sociais, etc.) de um programa público cujos objetivos têm grande relação com os direitos de cidadania. Ao mesmo tempo em que isto apresentava vantagens no que dizia respeito à informação sobre direitos, havia o risco de estas informações serem por demais circunscritas a uma abordagem acadêmica, racional e técnica, sem muito espaço para a reflexão sobre os direitos humanos e a cidadania no contexto da própria vida. Mesmo uma visão que se supõe crítica corre o risco de ficar excessivamente cristalizada e perder o seu potencial de reflexão e de transformação, refugiando-se em um discurso intelectual que se toma por dado. Assim, se em grupos que tiveram pouco acesso à informação há uma preocupação em potencializar e sistematizar a reflexão, nos grupos onde este acesso é maior, pode ser interessante proceder a uma desconstrução do que já é conhecido para que haja uma reconstrução reflexiva, resgatando o que se sabe à luz do que se vive, e vice-versa. Esse processo de desconstrução implica, por exemplo, em uma ampliação do foco do conhecimento para incluir direitos que até então não haviam sido objeto de consideração; rever a relação existente entre determinados direitos (por exemplo, brincar) e determinados grupos sociais (por exemplo, crianças); questionar a forma com direitos já existentes têm sido compreendidos; considerar direitos que estão ainda em discussão na sociedade; refletir sobre os valores associados aos diversos direitos; e assim por diante. Muitas vezes, neste movimento, há descobertas de novos ângulos de compreensão e reavivamento de uma visão crítica sobre aquilo que já se sabia... mas não se refletia.

Assim, nesta Roda, o trabalho inicial com as fichas visava essa desconstrução e reconstrução. Na reconstrução, nossa intenção era explorar mais as similaridades e diferenças entre o que compreendemos por direitos humanos e por direitos de cidadania e refletir sobre os direitos humanos como a nossa referência mais ampla para defender e ampliar os direitos de cidadania. Assim, palavras e expressões diversas foram distribuídas:

IR E VIR, FORMAR PARTIDO POLÍTICO, TER NACIONALIDADE, TER DOCUMENTO DE IDENTIDADE, TRABALHO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, RENDA MÍNIMA, MORADIA, ALIMENTAÇÃO, ESCOLHER A PRÓPRIA RELIGIÃO, SALÁRIO IGUAL POR TRABALHO IGUAL, NÃO DISCRIMINAÇÃO RACIAL, BRINCAR, RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, TRABALHO PROTEGIDO, LICENÇA MATERNIDADE, AR PURO, PAZ, RECICLAGEM DE LIXO, CRIAR TV COMUNITÁRIA, INCLUSÃO DIGITAL, LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL, MANUTENÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS, RESGATE DAS TRADIÇÕES INDÍGENAS, ENGAJAMENTO EM MOVIMENTOS SOCIAIS, CONTROLE SOCIAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, LIBERDADE, IGUALDADE, SOLIDARIEDADE, DIGNIDADE.

No que dizia respeito ao grupo, este primeiro momento também ajudava a criar interação e clima de trabalho. Pedimos aos participantes que saíssem das suas cadeiras e mostrassem uns aos outros as suas fichas e, a seguir, que se agrupassem em subgrupos conforme percebessem afinidades entre as suas palavras. Cada subgrupo deveria, então, colar suas fichas em um papel grande e dar um nome para o seu “conjunto de direitos”. Em seguida, os subgrupos apresentariam uns aos outros os cartazes, os nomes dados e as razões para tal. Neste momento, ainda não houve preocupação com nomenclatura mas sim com a expressão das idéias e a criatividade. Em vez de constituírem subgrupos pelas noções já existentes tais como direitos civis, direitos sociais ou direitos políticos, os participantes se juntaram por afinidades percebidas dentre a importância do que as suas palavras indicavam. Nomearam então os seus cartazes com expressões como horizonte de liberdade, e outras. Foi interessante porque, assim, resgataram de maneira bastante lúdica a concepção da indivisibilidade dos direitos, ao perceberem as suas correlações e as suas articulações com a defesa da cidadania em nosso contexto.

Só depois dessa tarefa é que foi distribuída uma folha de trabalho com definições e informações básicas sobre Direitos Humanos e Cidadania. Estas informações foram comparadas com o trabalho feito pelos subgrupos, buscando compreender e analisar as percepções ali existentes e problematizar a questão da cidadania e dos direitos humanos, em diversos aspectos. Foi um momento, então, para compartilhar conhecimentos e dúvidas, mobilizar o conhecimento já existente no grupo e instigá-lo a pensar mais. Foram abordados os Direitos Humanos como um conjunto de direitos baseados no valor fundamental da pessoa humana (Dignidade e Liberdade) e que por isto mesmo são entendidos como direitos fundamentais. Foram comentados os princípios de Universalidade, Indivisibilidade e Interdependência dos direitos. Foi enfatizado o seu caráter histórico, sendo que surgiram e se ampliaram ao longo da história, a partir dos conflitos e questões sociais, incorporando diversas dimensões. Abordamos as “quatro gerações” de direitos humanos e como cada uma delas está relacionada a um valor básico, quais sejam:

1ª. geração: direitos civis e políticos. (valor: liberdade)

2ª geração: direitos sociais, econômicos e culturais (valor: Igualdade)

3ª geração: direito à paz, meio-ambiente, comunicação e patrimônio comum (valor: solidariedade)

4ª geração: direito à democracia, à informação, ao pluralismo (percepção de que é necessário construir as condições de concretização dos direitos para a liberdade e para a cidadania).

Observamos que cada “geração” de direitos incorpora um valor básico aos direitos fundamentais: Liberdade, Igualdade, Solidariedade e também a busca de concretização dos direitos. Refletimos sobre e a Cidadania também como uma construção histórica, como direito a ter direitos e apontamos a necessidade de refletir sobre as tensões relacionadas à existência - ou não - de direitos na sociedade à qual pertence o “cidadão”. À medida que, na história, novos direitos são propostos e conquistados, os direitos da última geração têm um efeito de rever e redimensionar alguns dos direitos já existentes. Oferecemos, ainda, referência para algumas leituras.

O debate aconteceu ao longo de nossa fala, com os participantes agregando informação, questionando ou associando o que era dito a situações do seu trabalho e de sua vida. Aproveitamos então para engatar o nosso terceiro momento de trabalho, perguntando como os participantes avaliavam o trabalho feito. Diante da avaliação positiva, abrimos também espaço para perguntas sobre a metodologia utilizada, uma vez que os técnicos poderiam querer replicá-la em seu próprio trabalho de campo.

FOLHA DE TRABALHO DA SÉTIMA RODA DE CONVERSA

RODA DE CONVERSA				
Coordenação : Lúcia Afonso e Clarisse Leão Machado				
Data: 24-10-07				
Horário: 14 às 16hs				
Local: Programa Estadual (MG)				
Grupo (Tipo e número de participantes): 30 técnicos do programa estadual				
Tema/Tarefa: Direitos Humanos e Cidadania				
		OBJETIVOS		
TÉCNICA		TEMPO ESTIMADO	DA DINÂMICA DO GRUPO	DA REFLEXÃO DO TEMA
P R E P A R A	Apresentação dos participante (nome, função, programa). Cada um recebe uma ficha com uma palavra a ser utilizada na atividade seguinte. São palavras que expressam direitos e valores associados e também direitos ainda em discussão. Nesse momento, não é dada informação, deixando a discussão mais livre.	15'	Interação. Criar clima de trabalho no grupo.	Sensibilizar para a atividade seguinte (que palavra é esta na minha ficha?)
T R A B A L H A R	Os participantes vêem as fichas uns dos outros e formam subgrupos conforme afinidades percebidas entre as fichas. Cada subgrupo cola suas fichas em um papel e dá um nome para o seu "conjunto de direitos". Após, apresenta o seu cartaz, dizendo o nome dado e o porquê. Neste momento, a única preocupação é com a expressão das idéias e a criatividade. Depois, é distribuída uma folha de trabalho com definições e informações básicas sobre Direitos Humanos e Cidadania. Estas são apresentadas e comparadas com o trabalho feito pelos subgrupos. Analisar as percepções existentes no grupo e promover a discussão sobre DH e cidadania, problematizando.	30' 45'	Interação e compartilhamento de conhecimentos já existentes. Sensibilizar para a discussão. Compartilhar questões, dúvidas e conhecimentos	Mobilização das informações e conhecimentos do grupo. Apresentar novas informações. Estimular a reflexão sobre estas informações e sobre a visão que o grupo tinha sobre DH e Cidadania. Promover novos ângulos de reflexão sobre Direitos Humanos e Cidadania.
A V A L I A R	Levantar as opiniões sobre a Roda. Pontos positivos e negativos. Espaço para perguntas sobre a metodologia utilizada, uma vez que os técnicos poderiam querer replicá-la.	30'	Avaliar e finalizar trabalho.	Sintetizar alguns pontos sobre a metodologia de trabalho.

VAI DAR SAMBA?

Uma Lição Aprendida

Ao longo deste texto, apresentamos um tipo de metodologia participativa - a Roda de Conversa - que pode ser usado no intuito de promover a reflexão, a comunicação, a interação entre os participantes de um dado contexto social. Enfatizamos a potencialidade desta metodologia - e outras formas de metodologias participativas - para a promoção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e à cidadania.

Entretanto, também é muito importante tecer algumas observações finais, ainda que breves, sobre os limites desta atuação. A Roda de Conversa envolve pessoas contextos microssociológicos. Ou seja, usualmente são ações desenvolvidas dentro de programas sociais que por sua vez estão dentro de instituições e de políticas sociais que intervêm sobre a sociedade no que chamamos de nível macrossocial.

É importante, então, indagar quem são os seus agentes e qual é o lugar destes no conjunto do sistema social; é importante pensar que espaços sociais têm sido utilizados neste trabalho e quais são as principais questões que têm sido tratadas. Talvez a escassez das práticas ainda não permita o aprofundamento destas análises. No entanto, estas indagações já devem estar presentes para aqueles que se dedicam ao trabalho de reflexão sobre os Direitos Humanos e a Cidadania.

Sem dúvida, é preciso valorizar os avanços conseguidos junto aos participantes de uma Roda de Conversa e acreditar na sua capacidade de assumir posições na luta cotidiana pelos direitos. Por um lado, as metodologias participativas têm um grande potencial de promover a reflexão e mudanças nas relações do cotidiano para os sujeitos envolvidos. Porém, estas mudanças também precisam ser acompanhadas de transformações de fato nos contextos sociais. De outra forma, os esforços dos sujeitos poderiam ser esvaziados - no curso do movimento da história - pelas formas como a sociedade está instituída ou vem a se instituir.

As ações sociais dependem do contexto onde são processadas, da forma e intensidade com que estão conectadas a movimento instituinte na sociedade. Em outras palavras, o trabalho com os grupos precisa ser acompanhado de ações efetivas para a criação de novas relações sociais. O que se trabalha em um pequeno grupo pode irradiar para o seu contexto mas também pode ser destituído pelo mesmo. Será preciso aprender as nossas lições na nossas práticas. O trabalho com as metodologias participativas, junto a grupos que estão na base da sociedade, precisa ser integrado, das mais diversas maneiras, ao movimento histórico pela defesa da dignidade humana e pela efetiva concretização da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.

